

FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

VALBERLANDIA VIANA

A POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA VISÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO
DE FORTALEZA-CE

Fortaleza - CE

2015

VALBERLANDIA VIANA

A POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA VISÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO
DE FORTALEZA-CE

Monografia submetida à Coordenação do Curso
de Graduação em Serviço Social da Faculdade
Ratio, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Kelly Maria Gomes

Fortaleza - CE

2015

VALBERLANDIA VIANA

A POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA VISÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO
DE FORTALEZA-CE

Monografia submetida à Coordenação do Curso
de Graduação em Serviço Social da Faculdade
Ratio, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes

Faculdade Rátio

Prof.^a Ms. Rosa Ângela de Brito Falcão

Faculdade Rátio

Prof.^a Ms. Adriana Estácio Trummer

Faculdade Rátio

Dedico a meus familiares.

Dedico à minha mãe, meu pai (memória) meu esposo e meu filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Agradeço a minha orientadora Kelly Maria, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço aos Meus sobrinhos, amigos, irmãos e na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Agradeço a Universidade Rátio, Pela Oportunidade de Fazer o Curso.

"Filho meu, atende à minha sabedoria, para que guardes os meus conselhos e os teus lábios observem o conhecimento. Para que não dêes a outrem a tua honra, e não entregues a cruéis os teus anos de vida, para que farte a estranhos o teu esforço, o todo o fruto do teu trabalho vá parar em casa alheia, e no fim venha a gemer, no consumir-se da tua carne e do teu corpo".

(Provérbios)

RESUMO

A pesquisa apresentou a problemática das pessoas em situação de rua, tendo como pano de fundo a Cidade de Fortaleza-CE. Buscou contextualizar a realidade em que vive essa parcela da população, por estratégias de sobrevivência. Foi identificada que o problema de pessoas em situação de rua é uma questão social, historicamente presente nas principais cidades do país e do mundo, a população de rua ainda não se tem constituído como uma questão de intervenção mais articulada no interior de suas práticas. Tal expressão tem dado maior visibilidade às suas demandas para diferentes setores da área social, tais como: assistência social, saúde, habitação e segurança pública. O objetivo desta pesquisa é compreender as pessoas em situação de rua, identificar suas principais causas de vulnerabilidade social, e qual a circunstância que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante, descrever como elas chegaram nas ruas do Centro de Fortaleza-CE. A escolha da área ocorreu através de acompanhamento que realizei enquanto acompanhava o projeto Guerreiros da Madrugada (grupo evangélico). Esse projeto existe há 08 anos, realizado no Centro de Fortaleza- CE, nas ruas e praças. Com o projeto de evangelização, entrega de roupas, água, sopa, foi possível acompanhar e realizar observações da realidade e entrevistas com os usuários, sendo possível perceber em algumas falas dos usuários a insatisfação com a situação de risco em que se encontravam e as dificuldades que eles enfrentavam para acessar alguns serviços e assim conseguir superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam. Concluiu-se com base nos resultados, que os sujeitos não compreendem a Política, não sabem de sua existência embora falem em alguns direitos, mas não compreendem que existe uma Política específica voltada para o interesse deles.

Palavras-Chaves: Vulnerabilidade Social; População em Situação de Rua; Direitos Sociais.

ABSTRACT

The survey presented the problem of people on the streets, with the backdrop of the city of Fortaleza-CE. Sought to contextualize the reality you live in this segment of the population, survival strategies. It was identified that the problem of people on the streets is a social issue, historically present in the main cities of the country and the world, the street population has not yet made as a matter of more coordinated intervention within their practices. This expression has given greater visibility to their demands for different sectors of the social area, such as welfare, health, housing and public safety. The objective of this research is to understand the people on the streets, to identify the main causes of social vulnerability, and what the motive that led those people to the streets of aggravating way, describe how they got on the streets of the center of Fortaleza-CE. The choice of the area occurred through monitoring I conducted while accompanying the project Warriors of Dawn (evangelical group). This project has been around for 08 years, held in Fortaleza CE Centre, the streets and squares. With the evangelization project, delivery of clothes, water, soup, it was possible to follow and carry out observations of reality and interviews with users, and you can see in some speeches of users dissatisfaction with the risk situation they were in and the difficulties they faced to access some services and so can overcome the situation of social vulnerability in which they were.

Key words: Social Vulnerability; Homeless population; Social Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAMP -Rua - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua

CSEBF - Centro de Saúde- Escola Barra Funda

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NASF - Núcleo de Atendimento à Saúde da Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNPR - Política Nacional para População em Situação de Rua

PSE - Proteção Social Especial

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SETRA - Secretária Municipal do Trabalho

SUS - Serviço Único de Saúde

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFC- Universidade Federal do Ceará

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – METODOLOGIA DA PESQUISA	23
2.1 Natureza da Pesquisa	23
2.2 Técnicas da Pesquisa: Como Coletar as Informações	24
2.3 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo	25
2.4 O Campo da Pesquisa	25
2.5 Os Protagonistas da Pesquisa	27
2.6 Método de Interpretação de Análise dos Dados	27
2.7 Proposta Dialética Para a Análise dos Dados.....	31
3 CAPITULO II – CONHECENDO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL	33
3.1 Perspectiva Crítica sobre as Pessoas em Situação de Rua	33
3.2 Pressupostos Teóricos acerca da Vulnerabilidade Social	40
4 CAPITULO III – CAMPO DA PESQUISA	48
4.1 As Principais Causas de Vulnerabilidade Social de Pessoas em Situação de Rua no Centro de Fortaleza	45
4.2 As Circunstâncias que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante no Centro de Fortaleza	48
4.3 O contexto sócio histórico, econômico e cultural desses sujeitos	53
4.4 Como as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza percebem a execução da Política Nacional para a População em Situação de Rua	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICES	64

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentou a problemática das pessoas em situação de rua, tendo como pano de fundo a sociedade contemporânea. Busca contextualizar a realidade em que vive essa parcela da população, por estratégias de sobrevivência.

No contexto histórico de dados estatísticos sobre o tema de pessoas em situação de rua, os principais resultados gerais que a pesquisa do Censo da População em Situação de Rua na municipalidade de São Paulo recenseou, no ano de 2011, em um total de 14.478 indivíduos, sendo 6.765 em situação de rua e 7.713 em centros de acolhida da capital. Do Censo da pesquisa realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), pode-se depreender que a população em situação de rua na capital paulista aumentou acompanhando o parâmetro do crescimento populacional.

O Centro de Saúde-Escola Barra Funda (CSEBF), da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, localizado numa parte da região central do Município de São Paulo há trinta anos, dá atendimento básico de saúde aos que residem e trabalham nos Distritos Administrativos da Barra Funda, Bom Retiro e Santa Cecília. Em anos recentes, entendeu a assistência de pessoas em situação de rua, resultando em transformações no cotidiano das práticas ali desenvolvidas, dadas as novas demandas trazidas por esse grupo populacional, que se desdobraram em uma reflexão sobre as possibilidades e as limitações das práticas de saúde frente a essa realidade social.

A pesquisa, realizada no ano de 2006, coordenada pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social da Prefeitura do Município de São Paulo, constatou que nas principais regiões da área central havia cerca de 4 mil pessoas em situação de rua. Em sua grande maioria, esta população era constituída, por homens, brancos, entre 30 e 39 anos, oriundos da região Sudeste, com primeiro grau incompleto. Ruas e avenidas eram os logradouros mais utilizados para pernoite e os agrupamentos giram em torno de 2 a 5 pessoas com permanência na rua há mais de um ano.

O Município de São Paulo realizou no ano de 2009 o Censo da "população em situação de rua". A referida pesquisa foi realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE) e veio demonstrar que apesar da caótica situação que já se esperava encontrar, o que se

pôde acrescentar a esta análise é que os residentes da municipalidade de São Paulo se encontram entre os mais preconceituosos do Brasil quando se trata do assunto população de rua.

Buscando responder a essa prioridade, no período de agosto de 2007 a março de 2008, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. O Instituto Meta, selecionado por meio de licitação pública, foi o responsável pela execução da pesquisa. Esse trabalho é fruto de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para uma análise das alternativas que se desenham para a questão social brasileira, particularmente na definição de estratégias de combate à pobreza, como é possível constatar, por exemplo, em propostas atualmente localizadas e especialmente no Programa Fome Zero, é necessário ter como referência as relações sociais mais amplas, que particularizam a sociedade brasileira na atual conjuntura. Para Oliveira (2003), esta questão mais uma vez, na história brasileira emerge como a "disputa pelos sentidos da sociedade". Entre as disputas centrais a serem travadas nos próximos anos, está aquela pelo lugar do social na construção da nação. São os rumos e a politização desse debate que permitirão a um Programa como a Fome Zero se colocar (ou não) na perspectiva de forjar formas de resistência e defesa da cidadania dos excluídos, ou apenas reiterar práticas conservadoras e assistencialistas.

Diante dessa realidade, em 2008 foi implantada no Brasil a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, a fim de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração dessas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros e o acesso a oportunidades de desenvolvimento social. Entre as diversas ações propostas por essa Política, encontra-se no subitem saúde o “incentivo à produção de conhecimento sobre a temática saúde desta população e aos mecanismos de informação e comunicação”. Partindo desse incentivo à produção de conhecimento sobre a temática saúde da população de rua e reconhecendo que ela se encontra vulnerável a vários fatores que podem desencadear doenças.

A partir do ano de 2004, o MDS propõe o debate e inclui em sua agenda a formulação de políticas públicas voltadas especificamente para a "população em situação de rua". Regularmente, passa a convidar representantes de vários Municípios, a Igreja, além de entidades não governamentais que trabalham com este segmento populacional, no sentido aprimorar os conceitos envolvidos e traçar Políticas Públicas de âmbito nacional, sob o foco da assistência social.

O MDS com o objetivo de efetivar as atribuições no tópico anterior apontada e de gerir uma política integrada de proteção social, tudo conforme consta do Decreto 7.053/2009, assumiu o compromisso de formular Políticas Públicas dirigidas para a "população em situação de rua" a partir do ano de sua publicação. A pesquisa 2007/2008 encontra-se disponibilizada em sua íntegra no sítio eletrônico do MDS, mas para efeitos do estudo ora apresentado, pautarmos nos aspectos anteriormente citados: saúde, tempo de vivência nas ruas e ocupação.

A pesquisa Nacional sobre as pessoas em situação de rua revelou, ainda, que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores (70,9%), ou seja, exercem alguma atividade remunerada (catador de material reciclável, flanelinha, construção civil, limpeza, carregador/estivador, dentre outros); Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência, a maioria (58,6%) tem alguma profissão (destacam-se aquelas relacionadas à construção civil, ao comércio, ao trabalho doméstico e à mecânica); 74% dos entrevistados sabem ler e escrever. 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome, parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos, não sendo a situação de rua decorrente de deslocamento ou migração campo/cidade. As principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: problemas familiares (42,1%); alcoolismo/uso de drogas (35,5%) e desemprego (29,8%).

A Política Nacional para População em Situação de Rua, ao elencar seus objetivos, previu a implantação de centros de referência especializados para o atendimento a esse segmento no âmbito da política de assistência social, lançando bases para que, em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais previsse a implantação desta unidade no SUAS, o que passou a ser apoiado pelo MDS a partir de 2010.

Estar na rua não é algo concreto, mas algo que se constrói a partir de elementos da realidade. Assim, a gravidade de quadro de pessoas em situação de Rua em Fortaleza-CE, constitui permanente preocupação e obriga a refletir nessa Política Nacional sobre estas pessoas que se encontram nas ruas, principalmente na área de atuação junto à esta população. Repercutindo diretamente de forma vil nos mais vulneráveis desses grupos de pessoas nas ruas e vítimas de injustiça social, luta desigual e desumana pela sobrevivência, se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais.

Assim, para poder tentar comparar as diversidades de pessoas que convivem nas ruas é preciso analisar o contexto, tornando-se um grupo de pessoas nas ruas ligadas por laços de convívio que habitam no mesmo espaço, onde há dificuldades de definir quem está nas ruas,

cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. Compreender as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza-CE é um universo único para cada pessoa, mas que circula na sociedade em que vive. Para entender que essa Política Nacional da população faz parte do universo de experiências (real e /ou simbólica) dos mesmos, essa realidade defronta com suas próprias questões e pensamentos, pois toca em assuntos particularmente próximos à experiência pessoal de cada pessoa que se encontra nas ruas.

Foi analisado, neste estudo, a partir do conceito de análise Representação Social de Moscovici (2003) como se formou e como funcionava o sistema de referência para classificar pessoas em situação de rua para a realidade cotidiana. As representações sociais são elementos essenciais à análise de dados e mecanismo que envolve no processo de compreender a Política Nacional de Pessoas em Situação de Rua. Eles não entendem que precisam de um ambiente favorável, de um lugar bom para se viver, água, esgoto, alimentação, sono tranquilo, mas não é assim que funciona, no momento em que o grupo do projeto Guerreiros da Madrugada, foco desta pesquisa, está executando sua tarefa; os ratos passeavam ao lado de algumas pessoas que já estavam recolhidas como se fosse normal, vale mencionar que eles estão no chão ou em cima de um papelão sem lençol, sem cobertor, sem nada, só com o frio batendo em seu corpo desprotegido, fiquei imaginando no inverno como seria.

No estudo de Prevalência de Depressão entre Homens Adultos em Situação de Rua em Belo Horizonte (2010), existem algumas classificações de "moradores de rua"; nesse grupo social há os que não possuem residência, os que moram em instituições públicas e os que vivem cronicamente nas ruas. Também são várias as denominações encontradas para as pessoas que vivem nas ruas, tanto utilizadas pela própria população de rua como por pesquisadores ou agentes do poder público. Uma denominação muito utilizada pela própria população de rua é "sofredor de rua", que especifica o sofrimento que essa população vivencia nas ruas. Independente da denominação utilizada é muito clara a imensa situação de vulnerabilidade a que a população de rua está exposta.

Delimitando o recorte da pesquisa, segundo o professor Domingos Junior (2000), "população de rua" foi caracterizada como o conjunto de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho destituídas de um local fixo de residência. Em linha geral, segundo o autor, a mudança para as ruas não necessariamente ocorre de forma abrupta, mas na maioria dos casos, se dá de forma gradativa após a ruptura com as instituições familiares e de trabalho.

Foi identificado que o problema de pessoas em situação de rua é uma questão social, historicamente presente nas principais cidades do país e do mundo, porém ainda não se tem constituído como uma questão de intervenção mais articulada no interior de suas práticas. Tal expressão tem dado maior visibilidade às suas demandas para diferentes setores da área social, tais como: o da assistência social, da saúde, da habitação e da segurança pública.

Segundo Mota (2010), ao mesmo tempo em que a burguesia consegue articular e agregar os interesses do capital de todas as partes do mundo, fragmenta as identidades e necessidades daqueles que vivem do seu trabalho. É neste contexto que a expressão “questão social” amplia o seu leque de significados, ultrapassando, de certa forma, o sentido original que lhe foi conferido.

A perda do emprego e as dificuldades da inserção no mercado de trabalho são importantes elementos a justificar a origem desse segmento populacional, seja do ponto de vista da reprodução social, seja pela ética que desprivilegia os que não têm atividade produtiva. Particularmente, esse juízo pode influenciar na dinâmica familiar.

Para os chefes de família, a perda do posto de trabalho é acompanhada, muitas vezes, da perda do status de "provedor", acarretando rupturas nas relações familiares. Portanto, a abordagem de ordem sociológica e ideológica deve ser considerada nesse processo de quebra de laços e deslocamento para a rua. (NEVES, 1995, p.100).

Entretanto, Costa (2005) afirma que, com a Constituição Federal de 1988, que busca considerar os direitos sociais como fundamental de todo cidadão, e a partir da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nos artigos 203 e 204, o poder público tem como obrigação a manutenção de serviços e programas de atenção às pessoas em situação de rua. Assim, estes deveres do Estado têm como função garantir a dignidade e a não violência na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de cidadania.

O levantamento de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2005) foram censitários (questionário com 19 perguntas) e amostrais (questionário com 62 perguntas). A amostra de 10,4% do universo foi selecionada utilizando a técnica de amostragem probabilística sistemática. Cuidados metodológicos foram adotados para garantir que o levantamento reproduzisse da forma mais aproximada possível, o tamanho e as opiniões da população estudada na cidade de. A pesquisa não foi realizada em períodos atípicos, como nos fins de semana, em noites chuvosas, em dias próximos às festas e eventos e em outras situações

que pudessem provocar deslocamentos incomuns. O trabalho de campo foi conduzido em período noturno, quando, em geral, a população já estava acomodada nos pontos de pernoite que foram mapeados na etapa do pré-campo. A participação de pessoas em situação de rua, ex-moradores de rua e educadores sociais contribuiu para a abordagem adequada dos entrevistados e obtenção de pequena taxa de recusa (13,4%). O retorno aos locais pesquisados para a continuidade da coleta de dados foi essencial para tornar a cobertura mais abrangente possível no caso das cidades com maior densidade populacional. O sistema de consistência identificou eventual duplicação de questionários, aplicados involuntariamente ao mesmo entrevistado, possibilitando sua exclusão do banco de dados. O adequado dimensionamento da equipe possibilitou a cobertura desejada: 1.479 pessoas participaram das atividades de campo (55 coordenadores, 269 supervisores, 926 entrevistadores e 229 apoiadores).

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS.

Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Conforme destacado antes, o número relatado diz respeito aos resultados da pesquisa realizada em 71 municípios. Assim, o total de pessoas em situação de rua vivendo no Brasil é mais elevado.

Segundo Cláudio Ricardo, titular da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Combate à Fome (SETRA), a Prefeitura de Fortaleza elabora atualmente um termo de referência para o cadastramento da população de rua. O trabalho deve ser feito em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), podendo delinear o perfil de quem está nas ruas. “As informações vão nos permitir agir com políticas públicas de forma mais focada, mais cirúrgica para resolver os problemas”, comenta o Secretário. Na fase de elaboração do termo, serão estabelecidos prazos, custos e como o cadastramento será executado. O aumento

de pessoas dormindo em praças, calçadas, prédios abandonados e proximidades dos viadutos em Fortaleza é uma realidade sentida por quem acompanha a causa de perto. “A gente sabe que aumentou ninguém é doido de achar que é o mesmo número”, admite o secretário Cláudio Ricardo. Além da percepção visual, ele cita o número de atendimentos realizados em equipamentos da Prefeitura. Dados do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), na unidade localizada no Centro, apontam que são feitos de 35 a 55 novos cadastros de adultos por mês. Fora da assistência municipal, militantes e voluntários também atestam que o problema se agravou na Capital. Há dez anos, o militar reformado Valdízio Pereira, é voluntário pela Casa São Francisco (Albergue Shalom, situado no Centro) e ajuda na distribuição de alimentos e evangelização nas ruas quinzenalmente. “No início, tínhamos 200 sopas para distribuir na Praça do Ferreira, na Avenida Tristão Gonçalves, na Praça José de Alencar e na Praça da Estação”. Hoje as 200 sopas “ficam apenas na Praça do Ferreira”, relata. “Hoje temos muitas mulheres e crianças nesses locais”.

O Centro Pop é um equipamento da Proteção Social Especial (PSE) que atende a população em situação de rua na cidade de Fortaleza. Ele integra projetos, programas e serviços, que contribuem para o exercício da cidadania e possibilita a superação da situação de rua.

Além das praças do Centro e das calçadas da Avenida Tristão Gonçalves, gestores e militantes identificaram a presença de pessoas dormindo em prédios abandonados da Aldeota e do Mucuripe, nas proximidades de shopping na Avenida Bezerra de Menezes, no calçadão da Beira Mar, no entorno dos terminais de ônibus, na Messejana.

Segundo Fernanda Gonçalves, coordenadora da Pastoral do Povo da Rua (vinculada à Arquidiocese de Fortaleza), a percepção é de um número muito superior em relação a 2008. “Os casos têm mais complexidade: desemprego, vínculos familiares rompidos, drogadição. Há pessoas que chegam de outras cidades e não conseguem se manter ou que saem dos bairros porque não podem ficar por lá”, pontua. Em dez anos de atuação da Pastoral, a coordenadora aponta mudança no perfil da população de rua: “Antes eram mais idosos e identificados como mendigos”. Atualmente, temos muitos jovens, entre 17 e 20 anos, além de maior presença de mulheres. E são pessoas que estão despertando para os seus direitos como cidadãos.

Este fluxo deverá ser observado, inclusive, pelos serviços de proteção social básica, por outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Desse modo, a Gestão do Programa Cadastro Único e a Proteção Social Especial do SUAS, na localidade, devem coordenar a divulgação à rede local, o fluxo a ser observado, os serviços de referência para a identificação

e a localização dos postos de cadastramento. O acompanhamento na rede socioassistencial, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Centro Pop ou outras unidades, deve manter permanente articulação com serviços e ações das demais políticas públicas, com a finalidade de assegurar a conjugação de esforços na construção de um trabalho em rede afetivo no atendimento às pessoas em situação de rua. A rede socioassistencial deve, ainda, manter articulação permanente com a equipe responsável pela gestão de Cadastro Único, realizando, inclusive, o devido encaminhamento aos postos de cadastramento, quando identificada a necessidade de atualização cadastral.

Delimitei a localidade do Centro de Fortaleza-CE. Os motivos dessa escolha devem-se à quantidade suficiente de pessoas em situação de rua, é notório o fato que o crescimento de pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza atinge vários bairros da cidade. O Centro, por sua vez não possui recurso, faz com que o indivíduo se agrupe nas ruas e praças, como se fosse seu espaço privado. Os locais do Centro de Fortaleza foram explorados, sendo eles: a Rua Tristão Gonçalves, a Praça José de Alencar e a Praça do Ferreira.

A escolha da área ocorreu através de acompanhamento que realizei enquanto acompanhava o projeto “Guerreiros da Madrugada” (grupo evangélico). Nesse trabalho, onde pretendi realizar minha pesquisa de campo, existe há 08 anos, realizado no Centro de Fortaleza Ceará, nas ruas e praças, com o projeto de evangelização, entrega de roupas, água e sopa, foi possível acompanhar semanalmente os usuários, sendo possível perceber em algumas falas dos mesmos a insatisfação com a situação de risco em que se encontravam e as dificuldades que eles enfrentavam para acessar alguns serviços e assim conseguir superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam.

Para fins deste trabalho, considera-se pessoas em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimentos para pernoite temporário ou moradia provisória.

Para se conseguir uma observação mais concreta, é preciso conhecer o problema das ruas. A partir de então, iremos entendê-los, porque só com a primeira leitura não é possível um contato real para um levantamento preciso. Diante do que ouvi, fiquei refletindo sobre a

situação em que essas pessoas se encontravam e que também é vivenciada por muitas outras pessoas que estão em situação de rua sem perspectivas de sair, e que somente sobrevivem como ninguém se importasse com elas, a cada dia que passa, fica mais perceptível aos olhos da sociedade o aumento de pessoas em situação de rua, mas, surpreendentemente, a frequência com que testemunhamos tal fenômeno tem insensibilizado a população, que já vê essa situação como algo natural.

O papel de viabilização de direitos do (a) Assistente Social é fundamental para subsidiar a formulação de políticas de caráter intersetorial que venham ao encontro das demandas desta população e para propiciar seu acesso a serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, bem como à rede das demais políticas públicas e ao Sistema de Justiça, em casos de violações de direitos.

Segundo Bursztyn (2003, p.100), “viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto à própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo.”

Já para Castel (1998, p.134):

Antes da Revolução Industrial e sua demanda crescente por mão de obra, a situação de pobreza daquela população estava relacionada ao mercado de trabalho. Na população pobre havia inválidos e incapazes que realmente não tinham condições físicas e/ou mentais de trabalhar e precisavam de proteção. Contudo, havia também aqueles que não tinham doença física ou mental, podendo exercer qualquer atividade de trabalho, mas, como não tinha trabalho para todos, eles vivam de esmolas.

O objetivo geral do presente trabalho consiste em compreender como as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza percebem a execução da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no município de Fortaleza/CE. Os objetivos específicos são: identificar quais as principais causas de vulnerabilidade social de pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza em frente à loja Acal; descrever as circunstâncias que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante no Centro de Fortaleza; observar o contexto sócio histórico, econômico e cultural desses sujeitos.

Partido da problemática evidenciada lança-se a se a seguinte pergunta de partida: como as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza compreendem a Política Nacional para a População em Situação de Rua? A gravidade do quadro de pobreza e miséria constitui

permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e principalmente na área de atuação junto da qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva. Deve assegurar direito e propiciar condições para a efetiva participação no desenvolvimento, porém os investimentos públicos, na área social, estão cada vez mais vinculados ao desemprego da economia. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria de vida, impõe à pessoa em situação de rua uma luta desigual e desumana a busca da sobrevivência.

A partir do foco nas dimensões da equidade, no contexto de morar nas ruas, foi possível identificar alguns dos principais limites, avanços e desafios. Em linhas gerais, o estudo buscou investigar as principais tendências e contornos das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, na cidade de Fortaleza-CE. Neste processo, as pessoas vivendo em situação de rua, têm representado, cada vez mais, uma parcela expressiva do contingente de indivíduos e grupos socialmente vulneráveis presente nas cidades brasileiras.

A pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa, utilizei os tipos de pesquisa bibliográfica e de campo, as técnicas que me auxiliaram na coleta das informações foram: observação direta não participante e entrevista semiestruturada, e eu analisei as falas de acordo com os principais autores do meu referencial teórico, e o Método de Análise que vou utilizar é a Representação Social de Moscovici. Neste trabalho, as representações sociais como modelos compartilhados pelas pessoas em suas relações cotidianas, conforme a concepção de Moscovici (2003) assemelha-se ao que entendemos como esquemas tipificadores propostos por Berger e Luckmann (1985). Para Moscovici (1978), são referências que circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano.

Além disso, para Moscovici (2003), elas convencionalizam os objetos e pessoas e, além de darem a eles uma forma definitiva, transformam-nos em modelos de determinado tipo que passam a ser partilhados pelas pessoas na construção de suas realidades.

O trabalho foi elaborado à luz de alguns autores, o qual dividi em categorias teóricas: sobre a Desigualdade Social, Exclusão Social e Vulnerabilidade Social e Pessoas em Situação de Rua. Sobre Desigualdade Social, os principais autores utilizados foram: Silva (2006); Bursztyn (2003); Exclusão Social utilizamos: Oliveira, (2009); Domingos (1995); Andrade, (2013); Moscovici, (2003); Vulnerabilidade Social, utilizamos: Neves (1995); Stoffels (1977); Castel (1998); Pessoas em Situação de Rua, utilizamos: Costa, (2005); Jorge e Brênda (2012).

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultadas da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (MINAYO, 1994).

Segundo a observação de Neves (1995), há fragmentação social, e como acarreta nos níveis mais crescentes na vulnerabilidade social de pessoas em situação de rua e a quebra dos laços familiares, e assim pessoas isoladas e desprezadas perdem o foco e acabam distanciados de seus familiares, amigos e parentes.

Embora a falta de emprego formal caracterize o “morador de rua”, não se constitui como fator primordial da ocupação das ruas, em geral o desemprego motiva a desavença familiar considerando a lógica capitalista apresentada por Neves (1995) e algumas migrações, podendo advir como circunstância desse processo o residir nas ruas, seja por fracasso das migrações, seja pela falta de aceitação familiar da condição do indivíduo que por vergonha resiste em voltar para casa sem emprego ou até mesmo lhe é imposta esta condição.

Este trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro foi apresentada a Metodologia da Pesquisa, uma reflexão com as expressões da questão social que esses sujeitos têm enfrentado em seu cotidiano, mostrando a relevância que a temática tem para que sejam desenvolvidos mais estudos na área, sendo possível perceber em algumas falas dos usuários a insatisfação com a situação de risco em que se encontravam e as dificuldades que eles enfrentavam para acessar alguns serviços e assim conseguir superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam, foi apresentado de que forma se deu o caminho da pesquisa.

No segundo capítulo foram apresentados o Referencial Teórico, fazendo uma relação com a realidade das pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza. No terceiro capítulo foi apresentada a análise dos dados baseado nas teorias do conhecimento de ligação clara e o conjunto mais amplo do campo da ciência onde nos esclarece a realidade que apresento o resultado da pesquisa de campo e o diálogo com os autores.

2 CAPITULO I - É CAMINHANDO QUE SE FAZ A PESQUISA

Este capítulo está organizado de acordo com os seguintes tópicos: Natureza da Pesquisa, Técnicas da Pesquisa: Como Coletar as Informações, Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo, O Campo da Pesquisa, Os Protagonista da Pesquisa, Método de Interpretações de Análise dos Dados e Proposta Dialética para a Análise dos Dados.

Na forma tradicional dos TCC, do Curso de Graduação em Serviço Social, onde os alunos aproximam-se do tema da pesquisa e do objeto a partir de suas experiências relacionadas ao campo peculiar, nosso tema aborda Pessoas em Situação de Rua, bem como o objeto de estudo nos direciona para a existência de relação e fato que propõe na busca de identificar quais as principais causas de vulnerabilidade social de pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza-CE.

2.1 Natureza da Pesquisa

Segundo Demo (1999) alinhava aqui uma proposta introdutória de construção de informação qualitativa, à sombra do que se tem chamado de “pesquisa qualitativa”. Dentro desse campo transbordante, seleciono apenas as pretensões de formalização mais flexível no que diz respeito a “dados” obtidos pela via da interpretação ostensiva, para além dos dados comumente buscados na pesquisa empírica estatisticamente controlada.

Pretendi fazer a pesquisa com abordagem de tipo de desempenho qualitativo que empreenderá a pesquisa empírica, a busca de dados relevantes e convenientes obtidos através da experiência, da vivência do pesquisar, recolher dados que foram conhecidos, vivenciados, ou tiveram conhecimento sobre o tema, fato ou situação e que podem causar diferenciação na abordagem e entendimento dos mesmos. Um fenômeno central da cidadania organizada popularizada e decisiva para a qualidade do controle democrático. (DEMO, 1999).

Foi classificada a pesquisa segundo o método empregado na natureza dos dados (pesquisa qualitativa), no ambiente em que eles foram coletados ocorre diversificação da pesquisa, onde diversos métodos e técnicas foram utilizados para a coleta e análise dos dados. Entende-se a pesquisa em uma dimensão mais extensa, que inclui os fundamentos metodológicos, a finalização do objetivo quantitativo e a determinação das técnicas de coleta e

análise de dados. Assim, meu primeiro esboço da pesquisa expressa tanto a idéia de modelo quanto a de plano. O sistema adotado aqui levou em consideração o ambiente de pesquisa, a abordagem teórica e as técnicas e coleta de dados.

Na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Todo o empenho é investido para que "o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas", como diz Malinowski, (1984) criando uma metáfora. Minha pesquisa foi de natureza qualitativa que, conforme evidenciado é aquela baseada nas subjetividades nos significados que os próprios sujeitos atribuem, ela não tem um número como uma informação privilegiada de análise, tem falas.

2.2 Técnicas da Pesquisa: Como Coletar as Informações

Foi observado fatos e fenômenos tal como claramente na coleta de dados a eles referentes para um bom e relevante como assunto de podê-los analisá-los.

Utilizei a técnica de observação direta não participante, onde o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. (LAKATOS, 2010).

Elaborei a pesquisa a partir das atividades do campo de pesquisa abordado como pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza-CE. Como identifiquei e observei as principais causas de vulnerabilidade social dos mesmos nas ruas de Fortaleza. Para a observação direta, o instrumento que eu utilizei foi o roteiro de observação.

Fui ao campo definir, com um olhar embasado teoricamente e crítico. Também utilizei a técnica de entrevista semiestruturada, aquela que é deixado ao entrevistado ao decidir-se pela forma de construir a resposta (LAVILLE; DIONE, 1999). O instrumento auxiliar foi o roteiro de entrevista e o gravador de voz, guiada por perguntas (APÊNDICE A), escolhi a entrevista semiestruturada, como minha pesquisa será na madrugada, é importante um roteiro mais flexível com essas pessoas, onde há liberdade por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder. Através de roteiro e gravador de voz, mediante autorização dos sujeitos que aceitaram através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). (APÊNDICE B) procurei não interferir nas atividades dos sujeitos, as quais foram realizadas com sigilo e ética. (LAKATOS, 2010).

2.3 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo

O primeiro tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica, onde sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive confidências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. (LAKATOS, 2010). Consiste em: "Uma trajetória de apreender, tensões e ressignificações a partir do programa de Políticas Pública". (ANDRADE, 2013, p.155).

Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referências teóricas e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar em um trabalho de campo neutro. Esse cuidado é necessário porque o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade. (MINAYO, 2010). Sendo assim, faz-se indispensável analisar como se enquadra a situação observada no caso concreto, não bastando a mera menção genérica. Delimitei, para a pesquisa de campo, o local do Centro de Fortaleza-CE. Os sujeitos participantes foram as pessoas em situação de rua.

A concepção de metodologia e teoria, ambas caminham juntas, sendo elas inseparáveis. Pretendo levar esta pesquisa de forma clara, elaborado capaz de menciona esta experiência teórica para o desafio da prática.

O trabalho foi elaborado à luz de alguns autores, o qual dividi em categorias teóricas: sobre a Desigualdade Social, Exclusão Social e Vulnerabilidade Social e Pessoas em Situação de Rua. Sobre Desigualdade Social, os principais autores utilizados foram: Silva (2006); Bursztyn (2003); Exclusão Social utilizamos: Oliveira, (2009); Domingos (1995); Andrade, (2013); Moscovici, (2003); Vulnerabilidade Social, utilizamos: Neves (1995); Stoffels (1977); Castel (1998); Pessoas em Situação de Rua, utilizamos: Costa, (2005); Jorge e Brênda (2012).

2.4 O Campo da Pesquisa

Entretanto, Minayo (1993) relata a pesquisa como pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, e primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação socialmente

condicionadas. São frutos de determinadas inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos.

Um dos aspectos que muito chama a atenção na abordagem das pessoas em situação de rua é relativo ao contexto em que elas se encontravam. São vários os problemas encontrados, desde aqueles relacionados aos transtornos mentais, ao consumo de drogas e álcool, às deficiências físicas e mentais até aquelas causadas por doenças infecto contagiosas e complicações envolvendo causas extremas (especialmente violência). As pessoas em situação de rua são caracterizadas pelo fato de sobreviver em através de suas atividades desenvolvidas nas ruas, muitas dessas pessoas em situação de rua sobrevivem de doações, esmolas, pequenos furtos, ou mesmo do tráfico de drogas.

Outro fato importante foi o vínculo possibilitado nas relações embasado na confiança, no diálogo e respeito das pessoas em situação de rua, assim, facilitando o acesso.

A população de rua é composta por indivíduos de diferentes realidades, mas que comungam da condição de pobreza sem pertencer à sociedade formal. Por diferentes ou parecidos motivos como a perda de emprego, uso de drogas, rompimentos de laços afetivos, muitos perderam a expectativa de vida e se refugiaram nas ruas. (COSTA, 2005).

Segundo Jorge e Brênda (2012, p.100):

O cuidado no contexto dinâmico da rua é moldado pelas condições do lugar, das pessoas e do momento. Assim, a imprevisibilidade integra a rotina de trabalho, solicitando flexibilidade, articulação, capacidade de negociação, respeito e valorização da diversidade, com capacidade da equipe para adaptar-se às condições que se apresentam no encontro.

2.5 Os Protagonistas da Pesquisa

Foi realizada a amostragem na pesquisa social não aleatória, de cunho qualitativo que segue critérios, que chamamos na pesquisa de inclusão. Seria impossível determinar neste universo uma área com o número total destes sujeitos, muito menos o tamanho da amostra que seria representativa desta totalidade. Nessa situação, ao invés de esclarecer a "amostra de sujeitos", foi utilizado o termo "sujeitos incluídos na pesquisa" do grupo Guerreiros da Madrugada, realizado a entrevista de um grupo de usuários, com o objetivo de descrever quais os motivos que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante no Centro de Fortaleza.

Segundo Pedro Demo (1999), a pobreza política de um morador de rua, migrantes recém-chegados, por sua vez, aloja-se debaixo da ponte ou em qualquer lugar da cidade, onde fazem "acampamento", esperando que ocorra alguma forma de assistência, sobretudo por parte do governo. A população de rua apresenta-se como um grupo social, quantitativa e qualitativamente nova na realidade urbana atual. Numericamente, seu crescimento vem se acentuando nos períodos de recessão econômica. Tal expressão tem dado maior visibilidade às suas demandas para diferentes setores da área social, assistência social, da saúde, da habitação e da segurança pública

2.6 Método de Interpretação de Análise dos Dados

Como os dados que foram coletados, através da observação e da entrevista, serão analisados na perspectiva teórica, da trajetória da análise de representação social. Mostra que inicialmente, é feita uma leitura de primeiro plano para atingir os níveis mais profundos. Nesse momento, deixa-se impregnar pelo conteúdo do material. Na segunda etapa, realiza-se uma exploração do material. Trata-se aqui da análise propriamente dita. Como etapa final, é elaborada uma síntese interpretativa através de uma redação que possa dialogar tema como objetivos, questões e pressupostos da pesquisa.

Segundo Lakatos (2010), toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema. A teoria, sendo instrumento de ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provocados, resultantes da pesquisa. A pesquisa dos problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos e frequentemente, fornece conhecimento que têm aplicação imediata.

Os dados foram analisados de acordo com a interpretação dos seguintes autores principais: Cansado (2001); Candal (1985); Escorel (2000); Silva (2003); Vieira (1992); Costa (2009).

Inicialmente, gostaríamos de fazer três observações importantes para introduzir o assunto tratado neste capítulo. A primeira delas diz respeito ao fato de a análise e a interpretação, dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, não terem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa

abranjer a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo em que apresentam singularidades próprias da biografia da cada interlocutor. Por outro lado, também devemos considerar que sempre haverá diversidade de opiniões e crenças dentro de um mesmo segmento social e a análise qualitativa deve dar conta dessa diferenciação interna aos grupos (GASKELL, 2002; GOMES, 2005). Assim, ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social.

Outra observação importante é acerca das diferenças conceituais entre análise e interpretação. Wolcott (1994) não só diferenciam essas duas expressões como as distinguem do termo descrição. Segundo esse autor, na descrição as opiniões dos informantes são apresentadas da maneira mais fiel possível, como se os dados falassem por si próprios; na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas e, por último, na interpretação que pode ser feita após a análise ou após a descrição buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado. Na pesquisa qualitativa a interpretação assume um foco central, uma vez que "é o ponto de partida porque se inicia com as próprias interpretações dos atores e é o ponto de chegada porque é a interpretação das interpretações" (GOMES ET AL.2005, p.90).

Em relação a essas três formas de tratamento de dados qualitativos são importantes observarmos que elas não se excluem mutuamente, uma vez que nem sempre possuem demarcações distintas entre si. Isso significa, por exemplo, que, quando descrevemos dados de uma pesquisa, podemos fazê-lo a partir de um esquema de análise, que por sua vez já reflete certa interpretação. Apesar de, em nossa experiência de pesquisa, em determinados momentos, interpretarmos os dados sem passarmos pela descrição e a análise, consideramos que a descrição e análise podem ser caminhos úteis para uma interpretação.

Como terceira observação destacamos que, quando falamos de análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Nesse sentido, estamos nos referindo a uma etapa final do processo de investigação. No entanto, não

podemos desconsiderar dois aspectos importantes. O primeiro deles diz respeito à ideia de que tanto a análise quanto a interpretação ocorrem ao longo de todo o processo. Já o segundo se refere ao fato de que, em pesquisa qualitativa, às vezes, ao chegarmos à fase final, descobrimos que necessitamos retornar às partes das fases anteriores. Assim, se as informações coletadas não são suficientes para produzir os dados a partir das questões da pesquisa, devemos voltar ao trabalho de campo para buscar mais informações pontuais e específicas. Ou, se não conseguimos produzir uma interpretação dos dados com as referências teóricas já trabalhadas na fase exploratórias, pois as novidades surgidas em campo exigem outras análises, devemos acrescentar leituras para produzir uma cuidadosa compreensão e interpretação. (MINAYO, 2010).

Nossa experiência em pesquisa indica que não há fronteiras nítidas entre coleta das informações, início do processo de análise e a interpretação. O importante, a nosso ver, é fazer uma avaliação do material disponível antes de iniciarmos a etapa final da pesquisa. Nessa avaliação devemos verificar se o material disponível: revela qualidade, principalmente quanto à impressão e à clareza dos registros; e é suficiente para a análise. A ideia de suficiência dos dados está muito relacionada com o que pretendemos com a pesquisa (GOMES ET AL., 2005). Como diz Bardin (1979, p. 39), "o analista é como um arqueólogo" trabalha com vestígios que se manifestam na superfície da mensagem. Assim, há necessidade de articularmos a superfície do material a ser analisado com os fatores que determinaram suas características. Mantendo, pois, no pano de fundo os três passos da análise qualitativa: contextualização sócio-histórica, análise formal e interpretação. (DEMO, 1999).

Na “entrada no campo”, que caracteriza a etapa do processo de investigação, o pesquisador deve ter segundo Cruz-Neto (2002), alguns cuidados com: a “aproximação” com os sujeitos, a apresentação da “proposta de estudo” a esses sujeitos, a “postura em relação à problemática a ser estudada” e o “cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada”. A coleta de dados pode ser a etapa mais interessante do processo de investigação científica, se preparada e acompanhada dos cuidados necessários para o enfrentamento das relações interpessoais que se dão entre os envolvidos, pois, assim, os dados emergem com maior facilidade.

Esta face de todas estas especificidades apresentadas, relacionadas ao trabalho, é possível compreender a importância de uma análise criteriosa deste tema. (SARRIELA, COLS. 1996).

Neste sentido, formas de investigar este ambiente e os fenômenos nele presentes (processo, pessoa, contexto e tempo) requerem o estabelecimento de critérios rigorosos de coleta e análise de dados. Uma vez que estes achados têm implicações importantes tanto para a ciência quanto para as políticas públicas, é importante que o modelo teórico seja metodologicamente rigoroso, proporcionando a comprovação da validade e permitindo a emergência de resultados contrários às hipóteses originais do pesquisador, contribuindo, assim, para o avanço da ciência. (BRONFENBRENNER, 1996).

A Coleta de Dados está presente em todas as modalidades de pesquisa, porém em “campos” diferentes. Levando em conta a necessidade de adaptar a metodologia definida para Coleta de Dados no Projeto à realidade que se apresenta ao pesquisador, sua primeira providência para entrar no “campo” (seja ela de “campo” ou "bibliográfica", ou de qualquer outra natureza). Por exemplo, o pesquisador buscará compreender o significado e as expectativas dos participantes com relação ao estudo, tentando lidar com elas a ponto de responder as suas demandas de informação os dados. Esse cuidado facilita a comunicação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, permitindo que as informações buscadas fluam de forma mais produtiva para ambos.

A Coleta de Dados é a etapa empírica da pesquisa qualitativa. Por outro lado, é a etapa que, mesmo para o senso comum, caracteriza mais fortemente um trabalho de pesquisa científica. A pesquisa quantitativa, por exemplo, lança mão de sofisticados instrumentos estatísticos para definir a amostragem, o universo a ser pesquisado, de tal forma que a etapa de Coleta de Dados possa transcorrer da forma mais eficiente possível e garantir a todo o processo legitimidade, consistência e validade. Lembremos que a pesquisa quantitativa é essencialmente descritiva. Na pesquisa qualitativa, temos a interpretação como sua mais clara expressão, mas isso não quer dizer que a coleta de dados não seja importante, ao contrário, ela merece atenção especial, pois assegura a descrição dos elementos que serão analisados e interpretados. Então, para que essas interpretações possam revelar novos conhecimentos sobre os fenômenos estudados, no nosso caso, é importante que o pesquisador exercite sua capacidade de flexibilizar o Projeto de Pesquisa, tomando decisões sobre as necessidades de modificar, mudar e alterar o desenho da investigação tornando a Coleta de Dados mais produtiva (GÓMEZ; FLORES; JIMENEZ, 1999).

2.7 Proposta Dialética Para a Análise dos Dados

A teoria das representações sociais foi desenvolvida pelo psicólogo social Romero Serge Moscovici, que se baseou no conceito de representação de Èmile Durkheim para estudar as representações sociais. Considerando as representações como um fenômeno e uma forma de conhecimento, Moscovici (2007) interessou-se pela variação das ideias na sociedade.

Segundo Moscovici, as representações sociais são um fenômeno que ocorre com os indivíduos e com os diferentes grupos sociais nos quais se reacionam cotidianamente. Entender as representações como fenômeno é priorizar sua condição de objeto que deve ser compreendido em duas dimensões: na complexidade de sua estrutura e no alcance de sua influência, ou seja, como conteúdo a ser desvelado e como processo permanentemente dinâmico.

Os dados da análise de representação social, para Moscovici, foram os norteadores deste trabalho. Percebemos as representações sociais como estruturantes da realidade, incluindo sua abordagem em uma perspectiva construtivista (SPINK, 2007) que também é adotada pelos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) ao defenderem a construção social da realidade.

Baseando-se, portanto, nas premissas elaboradas principalmente por Moscovici, este trabalho tomou a dialética da representação social existente sobre um determinado grupo, os sujeitos em situação de rua, e como estas percebem a execução da Política Nacional para as pessoas em situação de rua no município de Fortaleza-CE. Utilizando uma característica qualquer como identificadora de todo grupo, no caso das pessoas em situação de rua, poderia se pensar na representação de todos como sujeitos, criminosos ou drogados.

Minayo (2007) aponta três contribuições relevantes desde autor à teoria das representações sociais: ele se posiciona contra o preconceito que relaciona o senso comum somente às massas, afirmando que cada grupo social tem suas ilusões e seu conformismo; revela ainda que, juntamente com o conservadorismo, o senso comum possui aspectos capazes de gerar transformações; por último, defende que as concepções de mundo, ou seja, as representações sociais de uma época são abrangentes, sendo compostas pelos conhecimentos de filósofos, intelectuais e da população.

Não tem como atingir meus objetivos sem ser na perspectiva qualitativa, de cunho qualitativo que segue critérios, que chamamos na pesquisa de inclusão. Seria impossível

determinar neste universo uma área com o número total destes sujeitos. Nessa situação, ao invés de esclarecer a "amostra de sujeitos", foi utilizado o termo "sujeitos incluídos na pesquisa" das pessoas em situação de rua, realizando a entrevista com um grupo de usuários, com o objetivo de descrever as circunstâncias que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante no Centro de Fortaleza. Esse fato de que trata as pessoas em situação de rua possui afirmações e experiência compartilhadas, puderam superar conclusões prévias e estas, por sua vez podem ser superadas por outras afirmações futuras.

As representações sociais sobre as pessoas em situação de rua reforçam a construção de uma autoimagem e identidades negativas, levando ao rebaixamento da autoestima, dificultando o surgimento de uma consciência crítica sobre sua própria condição e, conseqüentemente, a reivindicação de direitos e a construção de novos projetos de vida que incluam a possibilidade de saída das ruas. Esse processo é também reforçado pela culpabilização que a visão da sociedade tende a atribuir às pessoas em situação de rua pela condição vivenciada, localizando unicamente nestes indivíduos a causa desse complexo processo, assim como os recursos necessários para sua superação.

3 CAPITULO II - CONHECENDO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL.

Este capítulo está organizado de acordo com os seguintes tópicos: Perspectiva Crítica sobre as Pessoas em Situação de Rua; Pressupostos teóricos acerca da vulnerabilidade Social.

3.1 Perspectiva Crítica sobre as Pessoas em Situação de Rua

A partir desta pesquisa, pode-se dizer que as explicações que as pessoas em situação de rua não podem ser consideradas como neutras, nem serem consideradas isoladamente, uma vez que elas são relacionadas a um sistema total de crenças, atitudes e valores que, em conjunto, proporcionam o conhecimento do significado e da consistência dos quais o indivíduo se defronta no dia-a-dia. No imaginário social, as pessoas em situação de rua seriam um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e que habitam no mesmo espaço. Podem-se considerar as pessoas em situação de rua como um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa trama de emoções. Entretanto, há dificuldade de se definir pessoas em situação de rua, cujo aspecto vai depender do contexto sócio cultural em que a mesma está inserida. Gomes (1992, p. 70) nos ensina que caracterizar resultados significa:

A partir da década de 1980, cresce a preocupação pública e de gestores pelos chamados “moradores de rua”, que dava significado a pessoas que não tinham casa, não tinham trabalho, não tinham família, sempre pela visão da falta (MAGNI, 2006; SCHUCH, 2008, 2012). Hoje, nas políticas públicas são chamados de “população em situação de rua” referente à relação de transitoriedade que as pessoas vivenciam: em alguns momentos estão na rua, em outros estão abrigadas temporariamente (SCHUCH, 2012).

Ao longo dos tempos, a população em situação de rua já teve diversas denominações, tais como “população sem paradeiro fixo”, “andarilhos”, “vagabundos”, “mendigos”, “miseráveis”, “morador de rua”, dentre outras. Cada uma dessas expressões carrega consigo ideologias, expressando as representações que a sociedade tem sobre as pessoas em situação de rua em determinado período histórico, organização política e cultural, mas todas com denotação estigmatizante entendendo-se estigma como um atributo intensamente depreciativo, que aos olhos da sociedade serve para menosprezar aquele que o recebe (GOFFMAN, 1988).

A questão da população nas ruas é algo muito pertinente na sociedade e merece receber outro olhar clínico. Uma vez que a pessoa, que está na rua, passa e se sujeita a uma situação de extrema vulnerabilidade social, no limite da exclusão social, da desfiliação social e da pobreza, sem ter a garantia do mínimo para sua subsistência, além de uma série de outras questões sociais, políticas e econômicas. (OLIVEIRA, 2009).

No que se refere ao direito à moradia, uma política pública voltada a esse público precisa garantir ofertas habitacionais diferenciadas, ou seja, precisa identificar as pessoas em situação de rua como parte de seu público, propondo alternativas de moradia adequadas a sua realidade (COSTA, 2005).

Essa realidade é característica do processo de exclusão social que existe no Brasil neste início de milênio. A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Acarretam consequências na saúde geral das pessoas, em especial na saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipações sociais muito restritos. (COSTA, 2005).

Vieira; Bezerra; Rosa (2004), em seu estudo com população de rua encontraram três formatos em relação à permanência nas ruas: as pessoas que estão na rua, recentemente; as que estão na rua, circunstancialmente e aquelas que são da rua, permanentemente.

O estar na rua é a permanência em que as pessoas em situação de rua, com maior tempo nelas, dificultando mais a sua saída dessa situação e tornando mais difícil conseguir emprego. Foi observado que algumas pessoas em situação de rua não reconhecem o poder que elas têm, pois trabalham alienadamente e sofrem abusos, ou melhor, oprimem do poder autônomo dessas pessoas. Nas noites de quinta-feira me preparo para encontrar com a outra parte da população que vive no Centro de Fortaleza-CE, onde foi possível encontrar estas pessoas em situação de rua, com rotinas diferenciadas e experiência pouco reconhecida.

As pessoas em situação de rua muitas vezes são discriminadas pela sociedade, além disso, é privado de seu direito de ir e vir, através desse cotidiano e os problemas enfrentados. Dito em outras palavras, que pessoas em situação de rua são aquelas que resignificam o espaço público como privado, visto que o transforma em espaços de moradia improvisados.

"Veja-se que os territórios onde as pessoas em situação de rua, circulam muitas vezes são insalubres os lugares onde dormem são sujos e desprotegidos, a água que bebem geralmente não é potável, a alimentação muitas vezes tem más condições de conservação, etc. – o que determina sua alta vulnerabilidade em relação à saúde". (MONKEN; BARCELLOS, 2007, p. 28).

Segundo Stoffels (1977), na representação que as pessoas em situação de rua concebem para sua existência permeada pela pobreza, a dicotomia pobreza/riqueza é vista como uma "contingência da natureza humana", cuja naturalização extrapola a atividade humana e é tida como uma força extrínseca e estranha aos indivíduos.

Para se conseguir uma observação mais concreta, é preciso conhecer o problema das ruas. A partir de então, iremos entendê-los, porque só com a primeira leitura não é possível um contato real para um levantamento preciso. Diante do que ouvi, fiquei refletindo sobre a situação em que essas pessoas se encontravam e que também é vivenciada por muitas outras pessoas que estão em situação de rua sem perspectivas de sair, e que somente sobrevivem como ninguém se importasse com elas, a cada dia que passa, fica mais perceptível aos olhos da sociedade o aumento de pessoas em situação de rua, mas, surpreendentemente, a frequência com que testemunhamos tal fenômeno tem insensibilizado a população, que já vê essa situação como algo natural.

Segundo Cruz (2008), baseado em Foucault, buscamos compreender a noção de risco, articulando-a com a denominada pessoa em situação de risco. Para isto, discutimos como este conceito passa a ser utilizado no âmbito das políticas públicas de atenção a essas pessoas, a partir do deslocamento do foco de uma gestão da vida, tal como proposto por uma sociedade disciplinar, para uma gestão do risco, nas quais as novas modalidades de biopoderes se tornam as principais estratégias de gestão. Na contemporaneidade, a questão do risco é operada a partir dos mecanismos de poder, tornando-se um instrumento privilegiado da sociedade de controle. A partir disto, problematizamos como emerge a noção de risco no âmbito das políticas públicas de atenção às pessoas, culminando na equação: pessoas + pobreza = vulnerabilidade = risco = perigo.

Segundo Neves (1970; 1980), a população que vivia nas ruas nas décadas de 1970 e 1980 era tratada pelo termo 'mendigo' e as análises mostravam que o público, em geral, o distinguia do 'pedinte', sendo aquele a pessoa que perdeu certos atributos sociais (família e casa), sobrevivia nas ruas, não trabalhava e apresentava-se sujo e maltrapilho, enquanto este possuía atributos sociais, mas tinha dificuldade para sobreviver e dependia da ajuda de terceiros.

Estuda o fenômeno social da mendicância como forma de reprodução social dos trabalhadores e conclui que é uma ‘alternativa de vida’ para estes.

Nesse contexto, insere-se a pessoas em situação de rua, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, que tiveram em suas trajetórias seus planos rompidos na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Fundamenta-se nas premissas de que um dos papéis da pesquisa é instigar o pensamento crítico e, particularmente, buscar formas para minimização do sofrimento humano, influenciado de forma significativa pela desigualdade social. A definição de população em situação de rua é difícil. A multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e à moradia são fatores que dificultam a formulação de conceitos livres de ambiguidades. Se a exclusão e o desamparo os igualam frente aos olhares da sociedade de uma forma geral, alguns fatores os diferenciam: os motivos que os levaram para a rua, o tempo de permanência nela e o grau de vínculos familiares existentes. A interface desses contribui para classificar o “povo de rua” em três situações distintas: ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente). “Ficar na rua” caracteriza transitoriedade, a pessoa possui ainda um projeto de vida e mantém fortes vínculos familiares; “estar na rua” implica na diminuição do contato com a família e o estabelecimento de novos vínculos na rua; “ser da rua” traz em si a identidade e identificação com a própria rua, que passa a ser o lugar de referência e espaço de relações - o corpo se modifica, bem como as formas de conviver e ver o mundo. (CAVICCHIOLI, 2005, p. 577)

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é ofertado para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, assegura trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas

públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e rede de proteção social.

Os eixos norteadores da atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua são: Ética e Respeito à Dignidade, Diversidade e não Discriminação; Atenção Especializada e Qualificação no Atendimento; Acesso a Direitos Socioassistenciais; Trabalho em Rede; Relação com a Cidade e a realidade do Território e Mobilização e Participação Social. Os objetivos do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua são: as ações desenvolvidas no âmbito deste serviço devem ser orientadas, dentre outros, pelos seguintes objetivos: possibilitar condições de acolhida na rede assistencial; Contribuindo para a construção de novos projetos de vida destas pessoas, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades da realidade delas nas ruas de Fortaleza-CE; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua.

Junto a essas pessoas, atua o grupo Guerreiros da Madrugada para melhor definição das ações a serem concretizadas. Esta pesquisa procurou estar sintonizado com as necessidades específicas das pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza em que atuamos. Desta forma, a equipe dos Guerreiros considera a história do contexto sócio histórico, econômico e cultural desses sujeitos, suas relações, suas dificuldades e, principalmente, seus potenciais, seus esforços e um profundo respeito a essas pessoas que vivem nesta situação de rua. Nesta perspectiva de direitos ressalta a importância desta Política da inclusão de políticas públicas que, na realidade, concretizem direitos conquistados historicamente, combatendo injustiças sociais praticadas contra setores pauperizados da população, que requerem do Estado a providência de uma perspectiva mínima de bem-estar, e da garantia destes direitos.

A Lei nº 11.258, de 2005, inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.

A luta pela afirmação dos direitos da população em situação de rua no Brasil ganhou institucionalidade com os avanços também no campo legislativo. Com a aprovação da alteração na LOAS e da Lei do SUAS, a atenção às pessoas em situação de rua no campo da assistência social passou a se firmar sobre bases mais sólidas, que lhe asseguraram definitivamente o reconhecimento como sujeitos de direitos.

Nesta perspectiva de apoio e ajuda à população em situação de rua, direcionam-se, para a afirmação do acesso desta população ao direito humano à vida e à dignidade, o grupo Guerreiros da Madrugada. Busca, ainda, superar o caráter de um novo trato de resgate de direitos de cidadania destas pessoas nas ruas de Fortaleza-CE. Assim, essas pessoas têm por direito ser cidadãos integrais, com as perspectivas interdisciplinares e com a responsabilidade de ter atendimento específico a este segmento. Neste capítulo, apresento um embasamento para uma análise social crítica da problemática e da perspectiva das pessoas que vivem nas ruas. Inicialmente da questão social com destaque para a discussão do que tem sido denominado 'exclusão social'. O conjunto dessas perguntas tem o objetivo geral de compreender como as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza percebem a execução desta Política, destacar quais as questões apresentadas na intenção de demonstrar algumas das perspectivas que existem em relação ao problema social. Porém, não podemos esquecer que quando o problema se instala no cenário não conseguimos vê-lo, acabamos deixando tornar 'natural'. Um dos conceitos mais importantes para a definição da população em situação de rua é:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Em sua estrutura de gestão, o SUAS explicita a perspectiva do acesso à integralidade da proteção nos diferentes territórios do País. Assim, os serviços, programas e projetos de PSE devem ser organizados, de modo a garantir a integralidade da proteção, considerando as seguranças socioassistenciais a serem alicerçadas a famílias e indivíduos: em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; que enfrentam vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, em razão do ciclo de vida, deficiência, ou ainda, por discriminação étnica, cultural e de gênero; em situação de exclusão social pela pobreza e/ou pelo não acesso às políticas públicas; com vivências de situações de violência (física, psicológica, sexual, dentre outras); em situação de vulnerabilidades e risco pessoal ou social, por violação de direitos, com agravos relativos ao uso de substâncias psicoativas; em desvantagem pessoal e social pela precária ou não inserção no mundo do trabalho; que utilizam estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A perspectiva de se afiançar as seguranças socioassistenciais deverá nortear o trabalho social no SUAS com as pessoas em situação de rua. Nessa direção, deve-se assegurar o acesso dessa população ao conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme demandas identificadas. Dadas as complexidades e especificidades da situação de rua, a PNAS previu, inclusive, a estruturação de serviços especializados, especificamente destinados e organizados para o atendimento a pessoas em situação em rua, o que não implica em prejuízo do acesso aos demais serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de acordo com as demandas identificadas.

Ao PSE organiza a oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais de caráter especializado. Tem por objetivo contribuir para a proteção social de famílias e indivíduos nas situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, visando à superação destas situações. Atua, portanto, junto a uma realidade multifacetada, demandando intervenções complexas e exigindo maior presença, flexibilidade e articulação com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos. A PSE para Pessoas em Situação de Rua é destinada às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua.

O acesso dos usuários ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua poderá ser feito por meio de: Demanda espontânea, tendo em vista que o Serviço deve ser ofertado em unidade de referência de fácil localização pelas pessoas em situação de rua; Encaminhamentos realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, ou outros serviços, programas ou projetos da rede socioassistencial, das demais políticas públicas setoriais ou órgãos de defesa de direitos da localidade.

3.2 Pressupostos Teóricos acerca da Vulnerabilidade Social.

A vulnerabilidade não se trata de uma crise, mas de um processo de desestabilização da condição social e, de forma mais aguda, a exclusão social destas pessoas nas ruas de Fortaleza-CE, ou seja, específicos são resultados da desagregação, proteções ligadas ao mundo nas ruas. De uma forma geral, as pessoas em situação de rua apresentam-se com vestimentas sujas e sapatos surrados, denotando a pauperização da condição de moradia na rua; no entanto, nos pertences que carregam, expressam sua individualidade e seu senso estético.

A perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família. (BULLA, MENDES, PRATES 2004, p. 113).

As pessoas que ficam na rua configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento. As pessoas que estão na rua são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento.

É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. As pessoas que são da rua são aqueles que já estão faz um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência. (VIEIRA, BEZERRA e ROSA 1994, p. 93).

Atento sobre a realidade permite que as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos e, para sobreviverem, utiliza-se de diferentes estratégias. A partir deste momento, passar-se-á à identificação de algumas dessas violações e estratégias. Pode-se dizer que parte da problemática de moradia das pessoas que vivem nas ruas está relacionada com o déficit habitacional existente. Estariam na condição de

“sem-teto”, como outros. No entanto, isso se torna uma verdade parcial à medida que as razões que contribuem para a situação de rua não estão apenas relacionadas com a ausência de moradia.

A situação de vulnerabilidade se encontra diretamente ligada à crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. Por trás dessas pessoas excluídas da escola, da favela, da família, do trabalho rural ou urbano, elas foram desassistidas ou inatingidas, da criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada. Estas pessoas estão em desvantagem afetando o vulnerável das necessidades não atendidas que as tornam frágeis e suscetíveis a sofrer danos.

As pessoas são afetadas por uma vulnerabilidade intrínseca relacionada à própria condição de ser humano e, além disso, por vulnerabilidades circunstanciais decorrentes da pobreza. Além disso, as pessoas em situação de rua encontram-se vulneráveis e expostas a muitos riscos, pelas transformações pelas quais elas passam nas ruas, pois vislumbram a possibilidade de poder e autocontrole sobre sua vida, mas a realidade é de extrema desigualdade social. Tais ações estão impregnadas de valores morais, culturais e de classe, por regras de condutas, que devem ser discutidos e problematizados na perspectiva de uma intervenção no contexto social.

O grito dos excluídos, que simbolizou a luta da população em situação de rua, foi promovido pela Pastoral Social com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil. No dia 07 de setembro de 1995, mobilizou indivíduos, organizações e movimentos sociais com o objetivo de dar visibilidade aos direitos e necessidades da população que tinha as ruas como seu espaço de moradia e sobrevivência.

Segundo Carvalho (2002), a existência de indivíduos em situação de rua torna patente a profunda desigualdade social brasileira e insere na lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coaduna-se com seu funcionamento (NOVAK, 1997). Fenômeno presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades, a existência de pessoas em situação de rua, traz na própria denominação ‘rua’ a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas. Sua presença incomoda e desconcerta quem busca ver nas ruas a mesma tranquilidade asséptica de conjuntos habitacionais com circulação restrita de pessoas.

A população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. Segundo a definição de cientistas sociais como

Alcock (1997) e Castel (1998), exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Assim, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (MARTINS, 1994).

Segundo Lopes (1990), quando se fala dessa população, ninguém tem dúvida de que este segmento social expresso uma situação-limite de pobreza, por mais diferente que seja a conceituação que se desenvolva.

Simões (2007, p.103), fala sobre a amplitude do conceito de exclusão social, “porque abrange o rompimento das relações sociais e comunitárias; o expurgo, absoluto ou relativo, da vida social, em seus vínculos básicos”. A exclusão é o resultado do processo social que impossibilita o acesso, de parte da população, aos bens e recursos disponibilizados pela sociedade, gerando a privação, o abandono e a expulsão dessa população da convivência social. Ao corroer os mecanismos de formação de identidades coletivas, propicia uma cultura de desagregação, banaliza a violência e leva ao risco de sobreposição do privado ao público.

Atkinson (1998) destaca que o conceito de exclusão social é dinâmico, referindo se tanto a processos quanto a situações consequentes. Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito frequentemente como se referindo exclusivamente à renda, ele também esclarece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social é um indicador que permite aos governos um detalhamento sobre as condições de vida das camadas mais pobres do Brasil. Esse índice identifica e localiza as pessoas com maiores necessidades, a fim de criar e incluí-las em programas para incluí-las novamente na sociedade.

Vulnerabilidade social é formada por pessoas e lugares, que estão expostos à exclusão social, são famílias, indivíduos sozinhos, e é um termo geralmente ligado à pobreza. As pessoas que estão incluídas na vulnerabilidade social são aquelas que não têm voz onde vivem, geralmente moram na rua, e dependem de favores de outros.

O principal conceito de que uma pessoa está em vulnerabilidade social é quando ela apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui

família, não possui emprego, e esses fatores compõem o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros. A pessoa que está nessa situação torna-se um excluído, que ocorre quando indivíduos são impossibilitados de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e expulsa dos espaços da sociedade. (Política de Privacidade 2011).

Vulnerabilidade e risco social são sinônimos de pobreza, porém, uma é consequência da outra, uma vez que a vulnerabilidade é que coloca as pessoas em um risco social. A pobreza dessas pessoas é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, o valor equivalente a meio salário mínimo.

Conforme ressalta Potyara (1998, p.05):

Desvinculou a proteção social do formato contratual/contributivo e assumiu intento mais amplo ao universalizar a cobertura das vulnerabilidades sociais; assegurou um conjunto de condições dignas ao cidadão, ao tornar as políticas sociais um direito social e reclamável, medidas estas fundamentais para a instituição do bem-estar social. Como política de Estado passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Configura-se, também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira.

Assim, cabe à Assistência Social o desenvolvimento de programas e serviços sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, (SPOSATI, 1998), bem como que atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários, visando a garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia (NOB-SUAS, 2005).

No relato do livro SUAS, Volume III, a inclusão de situações de vulnerabilidade, de risco pessoal e social, por violação de direitos, na agenda de diferentes políticas públicas é reconhecida como fundamental para a materialização do princípio da incompletude institucional. Nessa perspectiva, o fortalecimento da intersetorialidade é condição para que a política de Assistência Social possa dar respostas mais efetivas à complexidade das situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social, por violação de direitos observada nos territórios.

O conceito de exclusão social é um processo caracterizado pela diminuição de pessoas ou indivíduo em todas as instâncias da vida social e pela ampliação das dimensões de análise da pobreza e das desigualdades, ou seja, impossibilitando a participação social. Por ser um

processo polissêmico e bastante subjetivo, dificilmente encontra-se uma concessão do que realmente seria a exclusão social. No contexto histórico, muitas vezes está intrinsecamente ligado ao capitalismo, sendo uma condição tardia ou falha de organização social que poderia ser evitada com política de inclusão. Porém, outros autores e estudiosos defendem que não se trata de um produto capitalista, mas sim de uma condição da vida em comunidade. (COSTA, 2005).

4 CAPÍTULO III - CAMPO DA PESQUISA

Este capítulo está organizado de acordo com os seguintes tópicos: As principais causas de vulnerabilidade social de pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza; Os motivos que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante no Centro de Fortaleza; O contexto sócio histórico, econômico e cultural desses sujeitos; A execução da Política Nacional para a População em Situação de Rua na visão dos próprios sujeitos.

Identifiquei as falas de quatro sujeitos entrevistados nesta pesquisa de pessoas em situação de rua: Maria, 42, está nas ruas há 02 anos, trabalha de vendedor (a) ambulante, relata estar nas ruas por ter perdido seu Pai; José, 55, está nas ruas há 01 ano, aposentado e o que o levou as ruas foi o alcoolismo; Sofia, 20, está nas ruas há 06 anos, trabalha de costureira, é Travesti, com influência das amigas foi para as ruas. André 40, está nas ruas há 04 anos, trabalha como flanelinha no sinal, o que o levou às ruas foram as drogas, e perdeu seus familiares.

4.1 As Principais Causas de Vulnerabilidade Social de Pessoas em Situação de Rua no Centro de Fortaleza

Identifiquei no meio destes sujeitos que vivem em extrema pobreza e desigualdade e que, por sua vez, sobrevivem cruelmente sob condições que negam o direito às condições mínimas de dignidade e cidadania que geram uma sociedade vulnerável. Uma situação de vulnerabilidade social e miséria amplamente gritante, pois eles não têm onde realizar a própria higienização, sem acesso à moradia, educação, alimentação e trabalho, com múltiplas carências, falta de acesso a serviços de saúde, condições de vida sub-humanas. Diante disso, podemos perceber quão comprometida se mostra a manutenção de uma higiene mínima da maioria dessas pessoas, que cada vez mais sujas e descuidadas se assemelham ao encardido e fedido lixo urbano.

Nesse contexto, inserem-se as pessoa em situação de rua, de diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. A vulnerabilidade social de uma forma aguda trata-se de violência e agressão social destas pessoas na condição de desagregação nas ruas de Fortaleza-CE.

Segundo a observação de Neves (1995), há fragmentação social, e como acarreta nos níveis mais crescentes na vulnerabilidade social de pessoas em situação de rua e a quebra dos laços familiares, e assim pessoas isoladas e desprezadas perdem o foco e acabam distanciados de seus familiares, amigos e parentes.

Segundo Ramos e Carvalho (2008), o conceito de vulnerabilidade social é definido como uma situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social, neste caso os grupos sem poder aquisitivo, são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Mostram, desta forma, que o conceito de vulnerabilidade está entrelaçado com o conceito de mobilidade social, visto que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social não encontram possibilidades de se mobilizar em termos de sua inserção social. Neste sentido, a vulnerabilidade social deve ser compreendida e analisada como uma estrutura multifacetada pelo atravessamento de diversos vetores que dificultam o acesso aos bens e serviços, inclusive educação e saúde, ilustrado pelo clássico exemplo da ausência de educação formal.

(Maria), olha eu nunca estudei, quando estou doente fico aqui mesmo, pois não tem para onde ir, pois o atendimento na saúde é péssimo e aqui nas ruas eu tenho tudo até remédio.

(Sofia), pois se a gente sofrer qualquer agressão do tipo faca ou tiro ninguém faz nada, os cana leva a gente para o Frotinha, te vira, tipo assim.

Essa realidade é característica do processo de exclusão social que existe no Brasil neste início de milênio. A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Acarretam consequências na saúde geral das pessoas, em especial na saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipações sociais muito restritos. (COSTA, 2005).

Logo, segundo Varando e Adorno (2004, p. 200)

As pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecer ou se romper de acordo com as dificuldades que a realidade lhes apresenta e conforme os acúmulos de experiências desestruturaram ao longo da vida. Os autores utilizam o termo "experiências desestruturastes".

Para melhor compreender alguns dos muitos significados de sobreviver em meio à pobreza e aos espaços de exclusão, Laperriere (2007) apresenta o conceito de limiaridade, que pode ser associado a sujeitos vivendo em situações limites, neste caso, a rua. Explica a autora que, nos meios sociais, estas pessoas vivem dois tipos de dimensões: a primeira é a dimensão da exclusão, e a segunda da inclusão; porém estas duas dimensões, ao contrário do que parecem, apresentam suas traiçoeiras especificidades. A exclusão se caracteriza por marginalizar e desfavorecer os indivíduos em relação às classes dominantes do espaço social, enquanto a inclusão, por sua vez, fica incumbida de inserir estes sujeitos, de modo imprevisível e incerto, a espaços de transformação.

De uma forma geral, as pessoas em situação de rua apresentam-se com vestimentas sujas e sapatos surrados, denotando a pauperização da condição de moradia na rua; no entanto, nos pertences que carregam, expressam sua individualidade e seu senso estético. Dizem que a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que, com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas pelos outros membros da família. (BULLA, MENDES, PRATES 2004).

Delimitei a localidade no Centro de Fortaleza-CE. Os motivos dessa escolha devem-se à quantidade suficiente de pessoas em situação de rua; é notório o fato que o crescimento de pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza atinge vários bairros da cidade. O Centro, por sua vez, não possui recursos, fazendo com que o indivíduo se agrupe nas ruas e praças, como se fosse seu espaço privado. Os locais do Centro de Fortaleza foram explorados, sendo eles: a Rua Tristão Gonçalves (em frente à loja Acal), a Praça José de Alencar e a Praça do Ferreira.

A escolha da área ocorreu enquanto acompanhava o projeto “Guerreiros da Madrugada” (grupo evangélico). Esse trabalho, realizei minha pesquisa de campo, existe há 08 anos, no Centro de Fortaleza-CE, nas ruas e praças, com o projeto de evangelização, entrega de roupas, água e sopa, foi possível acompanhar semanalmente os usuários, sendo possível perceber em algumas falas dos mesmos a insatisfação com a situação de risco em que se encontravam e as dificuldades que eles enfrentavam para acessar alguns serviços e assim conseguir superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam.

Para fins deste trabalho, consideram-se pessoas em situação de rua aqueles que se encontram em pobreza extrema, com os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.

4.2 As Circunstâncias que levaram essas pessoas às ruas de forma agravante no Centro de Fortaleza

Maria relatou o motivo de estar nas ruas, por ter perdido seu pai: "na favela só tem droga e bebida, eles intimida a gente, a usar droga e beber, e ainda fala que vai matar a gente, aqui não, eu como, durmo, não é todo dia que nós temos proteção, mas nós vive aqui de boa, eu nem quero mais voltar para casa, eu perdi até o expresso e nem sei como vou mais". Perguntei como era sua alimentação: "é boa, aqui como direto, tem roupa, comida, carinho, palavra de Deus, remédio, aqui não falta nada". Perguntei como tomava banho: "no Centro Pop, mas não tem sabonete, não tem xampu é pela misericórdia".

Importante ressaltar que a vulnerabilidade social difere do risco social. São sinônimos de pobreza, porém, uma é consequência da outra, uma vez que a vulnerabilidade é que coloca as pessoas em um risco social. A pobreza dessas pessoas é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, o valor equivalente a meio salário mínimo. Conforme resalta Potyara (1998, p.05):

O conceito de exclusão social é um processo caracterizado pela diminuição de pessoas ou indivíduo em todas as instâncias da vida social e pela ampliação das dimensões de análise da pobreza e das desigualdades, ou seja, impossibilitando a participação social.

Por ser um processo polissêmico e bastante subjetivo, dificilmente encontra-se uma concessão do que realmente seria a exclusão social. No contexto histórico, muitas vezes está intrinsecamente ligado ao capitalismo, sendo uma condição tardia ou falha de organização social que poderia ser evitada com política de inclusão. Porém, outros autores e estudiosos defendem que não se trata de um produto capitalista, mas sim de uma condição da vida em comunidade. (COSTA, 2005).

José Relatou que o motivo de permanecer nas ruas seria o alcoolismo, foi internado algumas vezes, mas confessa que saiu por causa da bebida: "não posso chegar cheirando a

bebida ou embriagado, não me mandaram ir embora, eu mesmo pedi para sair". Relatou que além de Fortaleza conhecia quase o Brasil inteiro, mas pedi para ele falar especificamente de Fortaleza, onde descreve que tem uma casa próximo aqui, chamada casa de Passagem, que é mantida pela Prefeitura, lá tem cama, colchão, tem banheiro:

"Num é assim, digamos cem por cento, a comida é pouca, muita gente reclama lá, e também na janta é que o sobrou do almoço, não vem aquela comida quente nem nada, só aquele pirão de arroz, eu nunca reclamei, estou falando porque você está me perguntando, mas aqui em Fortaleza ainda está um pouquinho devagar, lá em Parnaíba no Piauí tem uma casa de Passagem igualzinho a daqui e lá é mais bem administrada, aqui em Fortaleza deixa a desejar a maneira de administração, eu acho que a Prefeitura tem muito funcionário para limpar, mas a parte de tocar da coisa é muito mal administrada na casa de Passagem, a conclusão que eu queria falar é o seguinte, que a casa de Passagem devia ser mesmo de passagem mesmo, porque as pessoas que ficam lá igual eu fiquei, porque como é que eu vou te falar, as pessoas é mal tratadas, mas deveria ser melhor tratada, psicologicamente falando é como a pessoa ficasse constrangido, eles falam: você está aqui ainda não está pagando não pode reclamar, e tem umas duas que eles chamam Centro Pop é pior ainda, porque são uma verdadeira porcaria, em vez de Pop deveria ser porcaria, eu prefiro ficar aqui nas ruas mesmo, do que ir lá".

As queixas dos usuários em relação às ações sociais mostram o desejo de autonomia e afirmação de dignidade por parte dos mesmos, que não aceitam se colocar em determinadas situações, apenas pelo fato de suprir suas necessidades econômicas. Existe, também, a relação do valor simbólico dos atos realizados, pois além das necessidades materiais possuem necessidades subjetivas, ligadas aos conteúdos de cunho cultural e social, trazendo referências aos modos de ser e existir (UCHIMURA; BOSI, 2004).

No artigo "Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES", o autor (2005) afirma:

Com o advento da constituição federal de 1988, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a lei orgânica da assistência (loas), que regulamenta os artigos da constituição federal e reconhece a assistência social como política pública e de responsabilidade do estado, e mais recentemente, em dezembro de 2009, com a lei federal que instituiu a política nacional para a população em situação de rua, inúmeros direitos foram garantidos em leis, inclusive apontando que a população de rua deveria ser incluída como prioridade nas ações de governo. Todavia, pode-se dizer em linhas gerais que nos últimos anos poucas iniciativas públicas destinadas a essa população se concretizaram.

José tem plena noção que as políticas públicas são direito de todo sujeito cidadão. Não é porque ele não paga impostos que ele não pode reclamar; relata que o Estado deve prover esses recursos para que ele sobreviva e sobreviva com dignidade.

Entretanto, Costa (2005) afirma que, com a Constituição Federal de 1988, há busca de considerar os direitos sociais como fundamentais de todo cidadão.

Há controvérsias no relato da fala de José o que difere que ele relata que a casa de Passagem e o Centro Pop não funcionam como deveriam, onde a Política Nacional diz outra coisa, que funcionam de forma qualificada, especializada com direitos garantidos, sem falhas nos compromissos assumidos pelo Governo.

Segundo o estudo "Os invisíveis que eles querem esconder: a luta por direitos básicos, a violência e os reflexos", de 2014, a Política Nacional para a População em situação de Rua é:

Instituída no Decreto lei 7.053 de 2009 foi um grande passo em sentido ao reconhecimento e concretização dos direitos individuais e sociais da população em situação de rua e consistiu em uma conquista principalmente dos movimentos sociais em defesa da população em situação de rua. (p. 30)

O Centro Pop é um equipamento da Proteção Social Especial (PSE) que atende a população em situação de rua na cidade de Fortaleza. Ele integra projetos, programas e serviços, que contribuem para o exercício da cidadania e deve possibilitar a superação da situação de rua.

O “Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua” têm como finalidade orientar, em todo o território nacional, a gestão do Centro Pop e a oferta qualificada do Serviço. Sua formulação resulta de um processo de amadurecimento do Estado brasileiro no que diz respeito às políticas públicas para a população em situação de rua. Este processo foi particularmente observado na última década e teve na aprovação da Política Nacional para População em Situação de Rua, em 2009, um marco histórico.

Nesse contexto, há que se destacar o compromisso assumido pelo Governo Federal e o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, para que os direitos das pessoas em situação de rua entrassem, definitivamente, na agenda pública brasileira.

Sofia, por sua vez, afirma que: "O motivo que me levou as ruas foi influências das amigas e também eu não sei, já veio de dentro de mim, mas agora como eu entendo é péssimo, fui pra ruas com quatorze anos e hoje tenho vinte anos, também não conseguia ficar em casa, pois meu pai só chegava embriagado, brigando e fazendo muito barulho".

Para além dos tabus, a família, que deveria ser responsável por não se sentir preparada o suficiente para abordar o assunto não propiciando uma abertura para a conversa em casa. A sexualidade sempre foi um tema de difícil discussão, sobretudo para crianças, adolescentes e adultos; a curiosidade, a percepção das diferenças no próprio corpo e no corpo do outro, a descoberta das carícias e a fonte incontestável de prazer que o sexo representa, fizeram do assunto um tabu e algo que "não é conversa para crianças" contribuindo ainda mais para aguçar a imaginação de cabecinhas ávidas por informações. Como essas informações não são conseguidas em casa, entram em ação os "colegas sabe-tudo" que, na maioria das vezes, sabem muito pouco e acabam deturpando fatos e informações, criando dúvidas ainda maiores. (FAGUNDES, 1995).

Sobre as principais causas de vulnerabilidade social desses sujeitos, Sofia relata:

“Assim, ao mesmo tempo me sinto segura, desprotegida, mas ao mesmo tempo eu me lembro de Deus, no meu dia-dia não é fácil, a gente está na esquina e corre muito risco e já corri risco várias vezes, várias, várias vezes, teve um dia que eu não pensava que isso nunca ia acontecer comigo, como eu escolhi esse caminho da prostituição, não sabia que eu ia passar por esse tipo de coisa, mas como você está na rua durante à noite a gente passa né por isso, teve um dia, eles mora até por aqui, no dia em que eu tava na rua, aí era três, aí como eu ia fazer o programa com esses três porque eu conhecia, mas eu nunca imaginava que eles iam fazer isso comigo, quando entrei no carro tamparam a minha boca, começaram a puxar meus cabelos, me cortar, até tem as cicatrizes aqui no meu braço e no pé, aí teve uma hora que peguei olhei pra cima e falei, meu Deus me dá uma solução, a solução que tive foi pular do carro em movimento, aí passei duas semanas me recuperando, a gente corre muito risco, nós que somos assim travesti que vive na rua”. “Perguntei como ela se prevenia: me previno, tenho vários preservativos na minha bolsa, tem deles que oferece mais para poder transar sem preservativo, mas eu não aceito”.

O relato de Sofia apresentou uma experiência onde demonstra que a cidade de Fortaleza encontra-se em situação de extrema desigualdade, gerando um avanço de miséria e vulnerabilidade social. Percebemos um aumento progressivo de pessoas vivendo nas ruas no município de Fortaleza-CE, no que tange às questões referentes as suas vidas.

André, por sua vez, afirma:

"Infelizmente o motivo que me levou às ruas foi às drogas, eu tenho tudo porque é Deus por mim ainda, outro motivo que fez eu cair nas ruas por perder minha mãe, meu pai e por último agora eu perdi minha irmã, mas nem por isso eu tô baixando minha cabeça não, tô guerreando e tenho certeza que Deus tá preparando algo bom pra mim aí".

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009). Geralmente, as pessoas em situação de rua são famílias unipessoais, ou seja, a composição familiar com apenas um membro. Essa característica diz respeito à própria condição do segmento que, em muitos casos, passa a viver nas ruas por rompimento dos seus laços afetivos. (Fonte: Meta/MDS, 2008, p.37)

Perguntei ao André onde fazia sua alimentação e higienização: "isso depende de mim mesmo, eu já sou conhecido no sinal limpando para-brisa, pois tenho que correr atrás".

Segundo o professor Domingos Junior (2000), "população de rua" foi caracterizada como o conjunto de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho destituídas de um local fixo de residência. Em linha geral, segundo o autor, a mudança para as ruas não necessariamente ocorre de forma abrupta, mas na maioria dos casos, se dá de forma gradativa após a ruptura com as instituições familiares e de trabalho.

Sobre a Política Nacional para População em Situação de Rua, pelo MDS a partir de 2010 no SUAS, a População em Situação de Rua.

Estar na rua não é algo concreto, mas algo que se constrói a partir de elementos da realidade. Assim, a gravidade de quadro de pessoas em situação de rua em Fortaleza-CE, constitui permanente preocupação e obriga a refletir nessa Política Nacional sobre estas pessoas que se encontram nas ruas, principalmente na área de atuação junto à esta população. Repercutindo diretamente de forma vil nos mais vulneráveis desses grupos de pessoas nas ruas e vítimas de injustiça social, luta desigual e desumana pela sobrevivência, se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais.

Assim, para poder tentar comparar as diversidades de pessoas que convivem nas ruas é preciso analisar o contexto, tornando-se um grupo de pessoas nas ruas ligadas por laços de convívio que habitam no mesmo espaço, onde há dificuldades de definir quem está nas ruas,

cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. Compreender as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza-CE é um universo único para cada pessoa, mas que circula na sociedade em que vive. Para entender que essa Política Nacional da população faz parte do universo de experiências (real e /ou simbólica) dos mesmos, essa realidade defronta com suas próprias questões e pensamentos, pois toca em assuntos particularmente próximos à experiência pessoal de cada pessoa que se encontra nas ruas.

4.3 O contexto sócio histórico, econômico e cultural desses sujeitos

Os relatos de vida dos quatro sujeitos em situação de rua se interconectam, permitindo uma compreensão das condições sociais, econômicas, históricas e culturais que desencadearam na ruptura de suas redes sociais de suporte (família, educação e trabalho).

Perguntei como Maria se sentia nas ruas e como ela observava o contexto histórico, cultural e econômico. Ela afirma que sua vida é "vazia", mas relatou que o "carinho vem de Jesus e do próximo que olha o pobre", porque "não é todo mundo que olha a gente, morador de rua que dorme assim na calçada, tem o bom e tem ruim". "Perguntei se ela teria perspectiva de sair das ruas, depois que tinha perdido seu pai": "não, que aqui sou feliz porque aqui eu como né e lá não é só bebida e droga". Perguntei como era sua alimentação: "é boa, aqui como direto, tem roupa, comida, carinho, palavra de Deus, remédio, aqui não falta nada". Perguntei como tomava banho: "no Centro Pop, mas não tem sabonete, não tem xampu é pela misericórdia".

José relatou conhecer quase todo o Brasil: "inteiro neste combate econômico e cultural que você está falando é fato em todo mundo, pois bastaria reduzir a miséria, o índice escolar e essa condição miserável que nós vivemos".

Outra perspectiva sobre a exclusão social.

Cujo enfoque se diferencia do de Castel. Suas observações sobre a questão têm como ponto de partida a pobreza, ou como ele mesmo diz a "nova pobreza" (termo que serve para designar desempregados de longa duração que vão sendo expulsos do mercado de trabalho). PAUGAM, 2003, p. 20).

Ainda, segundo Paugam (2003), nesse sentido, a desqualificação social abrange os processos de pobreza e de exclusão. Ainda, a desqualificação social traz consigo três ideias: a noção de trajetória, que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos; o conceito de

identidade (positiva ou negativa); e o aspecto da territorialidade (base espacial que acolhe processos excludentes). E destaca, também, três características que compõem a fase da exclusão, que são a fragilidade, a dependência e a ruptura.

José diz: "veja só, eu estou neste estado de alcoolismo e não tenho força para sair, nesses dias quis retirar meu dinheiro, porque sou aposentado e não teve como, porque pensei logo, vou ser assaltado, porque aqui na Praça do Ferreira isso é direto, olha os meus documentos estão dentro das minhas calças, é triste".

Perguntei à Sofia como ela observava o seu contexto sócio histórico, econômico e cultural: "por a gente estar na rua se arrisca muito, mas nós que estamos nas ruas não conhecemos esta parte da cultura, da economia, só sei que é tudo caro. Mas a gente que fica aqui nem pode apreciar as culturas da cidade, pois, as pessoas olha pra gente com discriminação, na parte histórica conheço a Praças dos Leões e a Praça José de Alencar".

André respondeu-me como ele via a parte sócio-histórico, econômico e cultural: "para ser sincero particularmente não vejo nada deles".

A questão da população nas ruas é algo muito pertinente na sociedade e merece receber outro olhar clínico. Uma vez que a pessoa, que está na rua, passa e se sujeita a uma situação de extrema vulnerabilidade social, no limite da exclusão social, da desfiliação social e da pobreza, sem ter a garantia do mínimo para sua subsistência, além de uma série de outras questões sociais, políticas e econômicas. (OLIVEIRA, 2009).

Veja-se que os territórios onde as pessoas em situação de rua, circulam muitas vezes são insalubres os lugares onde dormem são sujos e desprotegidos, a água que bebem geralmente não é potável, a alimentação muitas vezes tem más condições de conservação, etc. – o que determina sua alta vulnerabilidade em relação à saúde. (MONKEN; BARCELLOS, 2007, p. 28).

Segundo Neves (1970; 1980), a população que vivia nas ruas nas décadas de 1970 e 1980 era tratada pelo termo 'mendigo' e as análises mostravam que o público, em geral, o distinguia do 'pedinte', sendo aquele a pessoa que perdeu certos atributos sociais (família e casa), sobrevivia nas ruas, não trabalhava e apresentava-se sujo e maltrapilho, enquanto este possuía atributos sociais, mas tinha dificuldade para sobreviver e dependia da ajuda de terceiros. O fenômeno social da mendicância é uma forma de reprodução social dos trabalhadores e se constitui como uma 'alternativa de vida' para estes.

4.4 Como as pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza percebem a execução da Política Nacional para a População em Situação de Rua?

Perguntei aos sujeitos como compreendiam a Política Nacional para a população que está em situação de rua.

Maria não entendia nada sobre o assunto, pois ela só relatava como era o seu dia-a-dia na favela e nas ruas, "era vazia por ter perdido seu pai", relatou ela.

José relatou que a casa de Passagem e o Centro Pop não funcionava como deveriam, onde a Política e os serviços dizem outra coisa, que não funcionam de forma qualificada, com falhas nos compromissos assumidos pelo Administrador da casa: "Isso não acontece e nunca irá acontecer". Perguntei como Sofia percebe a execução das Políticas Públicas:

"Mas desculpa a expressão, um lixo, principalmente pra gente que é travesti, é tratado como lixo, é o lixo da sociedade, a gente não tem ninguém pela gente que somo travesti, que estamos na rua, se acontecer algum caso do tipo, é, levar uma facada, tomar um tiro, nada resolvido, eles não toma as providências, eles mandam a gente para o Frotinha, essa é a Política e não faz nada".

A Prefeitura de Fortaleza, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Política de Saúde para a População em situação de Rua, através da Secretaria Municipal de Saúde, oferece dois consultórios de Rua, uma unidade móvel que atende pessoas em situação de rua por motivos de drogadição, atendimentos nos CAPS-AD e pelo (NASF) Núcleo de Atendimento à Saúde da Família para população de rua.

Segundo Varanda e Adorno (2004), ao relatar que a vida na rua e a proximidade com o lixo, tornam os moradores de rua objetos alvo das ações de limpeza urbana. Os referidos autores fazem analogia entre a remoção do lixo urbano e a remoção de pessoas dos espaços públicos e coletivos.

Perguntei a André como ele vê as Políticas para população em situação de rua em Fortaleza-CE:

"Eu vejo da seguinte forma, eles deveriam fazer muitas coisas pela gente, mas infelizmente existem muitos corruptos no meio deles, então muitas vezes as verbas que eles ganham não fazem o que é necessário fazer, vão guardando para que fique com eles mesmos, o que eu penso é isso aí".

A Política Nacional para Inclusão Social para População em Situação de Rua, ao elencar seus objetivos, previu a implantação de centros de referência especializados para o atendimento a esse segmento no âmbito da política de assistência social, lançando bases para que, em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais previsse a implantação desta unidade no SUAS, o que passou a ser apoiado pelo MDS a partir de 2010.

Primando pelo debate democrático, pela transparência e pela intersetorialidade na atenção à população em situação de rua, foi instituído, em 2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), que congrega representações do poder público, da sociedade civil organizada e de movimentos sociais desse segmento.

Com o objetivo de conhecer os desafios e definir estratégias na construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua, em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, do qual participaram representantes de vários municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua e organizações não governamentais, além de representantes do próprio MDS. Nesse encontro foram lançadas as bases para a construção da Política Nacional sobre a População em Situação de Rua, que teve como objetivo fazer uma análise da realidade de vida desta população no Brasil, com a participação de atores qualificados, e traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionalmente articuladas.

Como resposta às demandas apresentadas no I Encontro Nacional de População em Situação de rua foi aprovada a Lei Nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para as pessoas que vivem em situação de rua, procedendo à alteração no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº8. 742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Em 2009, no II Encontro Nacional sobre População de Rua, de posse dos resultados da Pesquisa Nacional, concluída em 2008, e das aprendizagens e experiências advindas do I Encontro Nacional e seus desdobramentos, foi estabelecida e validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, que institui, também, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua – CIAMP - Rua.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) enfoca a intersectorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada. Assim, pautada por princípios e diretrizes, a PNPR propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, de assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral desse segmento da população.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua reconheceu definitivamente no País os direitos das pessoas em situação de rua:

A PNPR, ao propor ações e estabelecer responsabilidades para diferentes áreas das políticas públicas, reconheceu o significado histórico das lutas e os direitos das pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades em condição de aviltamento, realidade incompatível com o estágio de desenvolvimento alcançado pela humanidade.

Nesse processo de reconhecimento dos direitos da população em situação de rua, e em consonância com a PNPR, ganhou relevância, ainda, a inclusão no Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) de ações programáticas para este segmento.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua adota o seguinte conceito para a definição da população em situação de rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Pesquisas nacionais sobre a População em Situação de Rua no Brasil são escassas, poucos são os estudos sistemáticos que buscaram resgatar a trajetória histórica da população em situação de rua. Foi a partir dos anos 1990 que se realizaram pesquisas exploratórias sobre o fenômeno e que ganharam visibilidade as ações de governo para o enfrentamento da questão. Essas iniciativas são reveladoras da dimensão alcançada pelo fenômeno e das lutas pela

afirmação dos direitos das pessoas em situação de rua observadas nesse período recente da história do país que conduziram à inclusão da questão na agenda pública, destacando-se, nesse sentido, a aprovação do PNPR e do PNDH. Publicada em 2009, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada sob a coordenação do MDS, representou um grande avanço no país no que diz respeito à ampliação dos conhecimentos necessários ao aprimoramento de políticas. Assim, o levantamento permitiu caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas para esse segmento. Possibilitou, também, compreender a heterogeneidade dos modos de vida dessa população, a exemplo das suas características socioeconômicas, escolaridade, tempo de permanência nas ruas, faixa etária, fontes de renda, relações e vínculos estabelecidos, dentre outros aspectos.

Os resultados da Pesquisa Nacional indicaram uma população predominantemente formada por homens (82%), sendo a proporção de negros (67%¹¹) neste grupo substancialmente maior do que a observada no conjunto da população brasileira (44,6% no Censo Demográfico de 2010). Caracterizada, em grande parte, como uma população composta por trabalhadores no mercado informal (52,6%) que recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, atuando: como catadores de material reciclável (27,5%), flanelinhas (14,1%), em setores da construção civil (6,3%) e limpeza (4,2%), como carregadores e estivadores (3,1%). A grande maioria (47,7%) nunca teve carteira assinada ou não trabalhava formalmente há muito tempo.

É importante ressaltar que os dados revelaram que, ao contrário das representações sociais a respeito da população em situação de rua, apenas uma minoria (15%) pedia dinheiro nos espaços públicos como sua principal fonte de sobrevivência. Assim, não se trata de uma população de “mendigos” ou “pedintes”, mas de trabalhadores que têm alguma profissão (58,6%), embora situados na chamada economia informal.

Observada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a atenção ofertada pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve se basear em postura ética, de respeito à dignidade e diversidade, sem discriminações ou restrições decorrentes de condições socioeconômicas, nível pessoal de instrução formal, crença ou religião, orientação sexual, raça e/ou etnia, gênero, arranjo familiar, presença de deficiência, procedência do meio urbano ou rural etc.

Ademais, as palavras "pobre" e "pobreza" aparecem associadas à situação de inferioridade e subordinação no discurso dos usuários. "Inútil" é apenas um dos diversos

adjetivos associados à população de rua e, assim, percebemos que no imaginário social existem ainda muitos outros rótulos atribuídos a essas pessoas, sendo os menos pejorativos os de "mendigo" e "pedinte". O trabalho "Vidas de Rua", realizado por Rosa (1999), traz reportagens nas quais se encontram notícias veiculadas que fazem associações entre os termos "vadiagem", "delinqüência" e "desemprego". Os termos usados pela sociedade não param por aí. Ao fazer uma retomada histórica, Stoffels (1977) percebe que a partir dos anos 70, começam a aparecer os termos "sem ganho definido" e "moradores de rua". E, finalmente nos anos 80, Escorel (1999) afirma que a população de rua cresce significativamente e sua existência passa a ser compreendida como inoportuna e mais do que isso, ameaçadora. Em resposta a essa crença, Quintão (2008) defende o fato de que o morador de rua pouco tem a ver com o rótulo de "perigoso", que lhe é impresso. Explica que o perigo existe não nos indivíduos, e sim nos locais ou relações em que estão inseridos, lugares marginalizados permeados pela violência, o comércio de drogas ilícitas e a prostituição, tudo dividindo o mesmo espaço.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994) relatam sobre os "caídos" que, junto às perdas de endereços, certidões de nascimento, carteiras de identidade, carteira de trabalho, símbolos de cidadania, perderam igualmente o sentido da vida, a vontade de viver, perdendo a si mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir-se, que a existência e o aumento do número de pessoas em situação de rua está relacionada a violência, ao uso de drogas, e à pobreza, fatos que estão presentes quando este grupo de pessoas em situação de rua é caracterizado. A realidade deles é marcada pela falta recursos individuais, comunitários e políticos. O presente trabalho procurou realizar uma aproximação com o perfil recente das intervenções públicas direcionadas à população em situação de rua na Cidade.

Percebe-se que, diante da ausência de Políticas Públicas e Proteção Social, a população pauperizada, nas ruas da cidade Fortaleza- CE (em frente à loja Acal), é consequência da deficiência do Município; seria necessário que o Poder Público agisse para retirar as pessoas das ruas onde, embora tenham uma visão aproximada da situação das pessoas das ruas, é parcial e localizada e combatida através de medidas paliativas. A Cidade de Fortaleza-CE, diante dos dados apresentados, deveria pensar em Políticas Públicas de caráter universalista, que assegurassem proteção social e que reconhecessem a População nas ruas de Fortaleza-CE como sujeitos de direitos.

Não é necessário apenas vontade de realizar uma Política Pública eficiente, mas ações e realizações concretas pelo poder público, sociedade civil e setor privado em um só conjunto, que considerem todos cidadãos, onde os indivíduos possam levar uma vida com qualidade, dignidade e respeito.

Os desafios do cotidiano enfrentados por esses sujeitos mostram que ainda é necessária uma maior sensibilização, não apenas dos profissionais que fazem este trabalho, mas de toda a sociedade civil no intuito de compreendê-los, pois é uma situação desafiadora. Entender como essas pessoas vivem é um assunto intrigante, não se descarta, no entanto, a exposição de sua condição de vida pode gerar nas pessoas diferentes reações, resultando em sentimentos como indignação, piedade, medo ou até mesmo indiferença.

A partir dos resultados desta pesquisa, observa-se que as ações do Poder Público são caracterizadas geralmente pela ênfase em estratégias contaminadas pela lógica tradicional de afastamento e isolamento destas pessoas que se encontram nas ruas. Tal perspectiva mostra-se incapaz de criar formas criativas e sustentáveis de equacionamento do problema. Percebe-se que a exclusão social apresenta característica de processo que inclui percursos de

vulnerabilidade, fragilidade e ruptura dos vínculos em diversas dimensões no contexto em que essas pessoas vivem.

Vivem no cotidiano preocupados basicamente com a sobrevivência, nem sempre manifestando interesse no acolhimento oferecido pelos técnicos dos programas sociais da Prefeitura de Fortaleza-CE. Porém, uma parcela considerável, mesmo quando acolhida, não consegue aproximar-se da utópica porta de saída dos programas, permanecendo nas ruas sem perspectiva de construção de alternativas de inserção social.

As políticas existentes em Fortaleza-CE ainda são caracterizadas pela descontinuidade dos projetos e programas, e pela cultura predominante. Pode-se inferir que para uma parcela significativa das pessoas em situação de rua este seja um propósito distante, mas este objetivo deve primordialmente nortear o trabalho realizado nos equipamentos que abrigam a população de rua. É difícil precisar se a metodologia de trabalho empregada na Cidade de Fortaleza compreende efetivamente a inserção social como a meta principal de reintegrar estas pessoas.

Um dos objetivos da exclusão é evitar o esgarçamento do tecido social, a ruptura das relações sociais e a própria situação de rua. Atuando-se nas causas e não nas consequências, e fortalecendo-se a dinâmica das relações nas comunidades de população de rua, através principalmente da promoção da saúde e de políticas geradoras de emprego e renda, talvez seja possível facilitar sobremaneira o enfrentamento da questão.

Finalizando estas considerações, torna-se evidente a necessidade de construção de uma política nacional para a população em situação de rua, com programas e projetos específicos, adequados ao seu perfil e necessidades.

Portanto, em relação às pessoas em situação de rua, podemos verificar que nas últimas décadas não houve nenhum avanço significativo na ampliação das ações públicas nessa área, com maior participação do Estado ou Município e movimentação na sociedade civil nas diferentes conjunturas.

Nesse sentido, longe de concluir quaisquer questões, pretendi repassar indagações e impressões sobre o que foi pesquisado, vivido e sentido com bases em experiências no campo com os sujeitos envolvidos e com indignação por parte da exclusão social destes sujeitos.

Envolver a temática das políticas públicas e a população de rua foi um desafio na realização desta pesquisa, desafio maior pelo fato de ir a campo em busca desses sujeitos e tentar regatar deles a noção de direitos dentro da política pública. Conhecer de perto a realidade

do meu tema de pesquisa deixou muitas reflexões acerca desse avanço que ocorreu na política pública, chego a pensar que se avançou por que não funciona? Por que ainda essas pessoas estão a mercê da própria sorte e dos desfechos da exclusão da sociedade?

Meu trabalho de Conclusão de Curso só veio aguçar mais ainda minha vontade de conhecer profundamente o tema, a Política Nacional para População em Situação de rua, os desafios e as possibilidades na visão das pessoas em situação de rua no Centro de Fortaleza-CE. Assim, pretendo dar continuação ao estudo com mais calma e aprofundar em outras etapas da minha vida acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMED ALI, D. & DOMINGOS, B. **Moradores de rua e o C.S. Barra Funda**: a problemática dessa relação e possibilidade de atendimento. Monografia Psicologia em Saúde Pública, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.
- SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.
- META/INSTITUTO DE PESQUISA, **Opinião Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**: Acesso em: Abril. 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.
- NEVES, D. P. **A miséria em espetáculo**. *Rev. Serviço Social e Sociedade*, 47:79-98, 1995.
- PAUGAM, S. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais**. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Vozes, 1999
- OLIVEIRA, **Trabalho e Projeto Profissional Nas Políticas Sociais**, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112012000100049&script=sci_arttext> Acesso em: Março. 2010.
- TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 4.ed. Belém: Unama, 2002.
- VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M., orgs. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- VIEIRA, M. A. C. **A rua como alternativa de moradia e sobrevivência**. *Travessia*, 14:10-13, 1992.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: _____ desenvolvida por _____. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual motivo o levou as ruas?
2. Quanto tempo mora na rua?
3. Qual sua faixa etária?
4. Se foi vítima de violência no período que mora nas ruas?
5. Onde dorme?
6. Como faz sua alimentação?
7. Qual experiência de viver nas ruas?
8. Qual o nível de escolaridade?
9. Se você tem acesso a plano de saúde?
10. Vocês têm contato com a família?